



Número: **0965017-47.2023.8.19.0001**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
Órgão julgador: **6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**  
Última distribuição : **14/12/2023**  
Valor da causa: **R\$ 82.904.532,40**  
Assuntos: **Recuperação Judicial**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Em segredo de justiça (REQUERENTE)		DIOGO SOARES VENANCIO VIANNA (ADVOGADO) ROGERIO MARINHO MAGALHAES ALCANTARA FILHO (ADVOGADO) HENRIQUE DIAS LESSA (ADVOGADO)	
Em segredo de justiça (REQUERENTE)		DIOGO SOARES VENANCIO VIANNA (ADVOGADO) ROGERIO MARINHO MAGALHAES ALCANTARA FILHO (ADVOGADO) HENRIQUE DIAS LESSA (ADVOGADO)	
MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BANCO PINE S/A (INTERESSADO)		ANDREIA REGINA VIOLA (ADVOGADO) VITOR AUGUSTO BRASIL ALVES (ADVOGADO)	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (INTERESSADO)			
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (INTERESSADO)			
MINISTERIO DA FAZENDA (INTERESSADO)			
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO (INTERESSADO)			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
147370419	01/10/2024 22:16	<a href="#">Relação de Credores - Administrador Judicial</a>	Petição



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA EMPRESARIAL DA  
COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0965017-47.2023.8.19.0001

**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, na pessoa do advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **LILLY ESTÉTICA S/A e LILLY MED LTDA.**, nos autos da **Recuperação Judicial** em epígrafe, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal das sociedades Recuperandas, conforme passa a expor.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis.  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





**I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores**

01. Publicado regularmente o Edital previsto no art. 52, §1º da LRF, em 03 de abril de 2024, referente à relação de credores apresentada nos autos pelas sociedades em recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.

02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins não será aquela que instruiu a inicial, mas, sim, aquela apresentada em Ids.111432844 e 111432845.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea “a” da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico [lillyestetica@mcaa.adv.br](mailto:lillyestetica@mcaa.adv.br), tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 33 (trinta e três) divergências e 02 (duas) habilitações de crédito administrativas, através de e-mails enviados ao endereço [lillyestetica@mcaa.adv.br](mailto:lillyestetica@mcaa.adv.br), todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas e quirografários.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas trinta e três divergências e duas habilitações de crédito por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal das devedoras. Ao final, a relação de credores foi saneada administrativamente, mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Por fim, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores *retificada*, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo Edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.





**II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial,  
para a análise da lista de credores e das  
habilitações e divergências apresentadas**

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;

II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;

III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;

IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;

V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Cumpre pontuar que na presente recuperação judicial o Edital a que alude o art. 52, §1º, da LRF, foi publicado inicialmente em 03 de abril de 2024, tendo sido, contudo, republicado em 1º de agosto de 2024, haja vista a apresentação da lista de credores pelas Recuperandas contendo apenas *nome do credor, valor do crédito e classe do credor* posteriormente, em 08 de abril de 2024.





10. A despeito da publicação de novo Edital em 1º de agosto, com a indicação da listagem apresentada pelas Recuperandas nos Ids. 111432844 e 111432845, os credores das sociedades em recuperação, aos enviarem suas habilitações e divergências a este Administrador Judicial, em atenção ao art. 7º, §1º, da LRF, se basearam na lista de credores acostada no Id. 98579979, eis que esta que serviu de base para o envio das correspondências na forma do art. 22, I, "a", da LRF.

11. Assim, esta Administração Judicial, a fim de tornar a fase administrativa de verificação de créditos o mais eficiente possível, recebeu todas as habilitações e divergências, e mencionará na análise de cada uma quando se tratar de crédito que sofreu eventual ajuste na nova listagem (Ids. 111432844 e 111432845).

12. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)





13. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

14. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

15. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

16. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente. *Verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**

17. Nada obstante à previsão legal supracitada, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 6  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível.** 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade "de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior." (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido." (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)

18. Por sua vez, **na hipótese da propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados,** conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se infere do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:







**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

19. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 8  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

20. No mesmo sentido, dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

21. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme menciona o eminente ex-magistrado, professor LUIZ ROBERTO AYOUB, em obra conjunta ao ilustre professor CÁSSIO CAVALLI, leia-se:

A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção





Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)

22. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

23. Tal previsão legal, de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária, está igualmente corroborada pela doutrina pátria majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não





se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

24. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, portanto devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

25. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona o mesmo professor LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)

26. Inclusive, o e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância pela qual compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção prestada pelo aresto abaixo, veja-se:

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE  
COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E  
APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À  
ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS  
EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

**VOTO**

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos**

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 12  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





**garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)**

27. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do REsp. em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECIDADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade





empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constatase, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da







Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-seia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, cancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

28. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

"2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da







LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresarial em questão". (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

29. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada "trava bancária" possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

30. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.





31. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da “trava bancária”, quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis. É justamente esse o entendimento esposado, em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS.** MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual.** No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda. (0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA,** E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.** LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios.** Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 18  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período.** Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte.** Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovimento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

32. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 33 (trinta e três) divergências e 02 (duas) habilitações de crédito administrativas, apresentadas pelos credores das Recuperandas.





33. Por derradeiro, cumpre elucidar que, com o objetivo de promover maior efetividade ao procedimento de apuração do passivo adotado pela Administração Judicial, foi oportunizado o contraditório às Recuperandas quanto às habilitações e divergências administrativas.

### III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas

#### III.1 Classe I – Créditos trabalhistas

##### III.1.a Cristiane Lúcia Viana

34. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Cristiane Lúcia Viana, por meio de correio eletrônico, na qual pugna pela alteração do valor do crédito listado em seu favor na classe I (trabalhistas), qual seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em face da Recuperanda Lilly Estética, “*nos termos da decisão exarada pela 4ª Vara do Trabalho de Brasília - DF.*”.

35. Em anexo à divergência, a Requerente apresentou cópias do processo nº0001085-05.2023.5.10.0004, que se consubstancia em homologação de acordo extrajudicial, cuja homologação ocorreu em audiência realizada na data de 29 de novembro de 2023.

36. Da Ata da referida audiência, verifica-se que restou pactuado o pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no dia 14 de dezembro de 2023, sob pena de multa de 10% (dez por cento), bem como que, diante do inadimplemento da avença, a multa restou aplicada, totalizando a importância de R\$ 11.396,00 (onze mil trezentos e noventa e seis reais).

37. Ocorre que, nos termos da decisão de Id. 100209666, proferida nestes autos, o marco temporal de submissão dos créditos à recuperação judicial é o dia 18 de dezembro de 2023, de modo que os créditos sujeitos à recuperação devem ser atualizados apenas até referida data, como preconiza o art. 9º, II, da LRF.





38. Assim, o valor correto a ser listado em nome da Requerente é o valor do acordo, R\$ 10.000,00, cujo vencimento ocorreu em 14 de dezembro de 2023, isto é, 04 dias antes da data limite de atualização dos créditos a serem habilitados nesta recuperação judicial, acrescido da multa de 10%, o que alcança o montante de R\$11.000,00 (onze mil reais).

39. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, igualmente entenderam pela inaplicabilidade de correção monetária ao crédito devido, tendo indicado o valor final de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

40. Ante o exposto, esta Administração Judicial acolhe parcialmente a divergência, para que passe a constar o valor de R\$11.000,00 (onze mil reais), na classe I (trabalhistas), em favor de Cristiane Lúcia Viana.

### **III.1.b Daiane Bicalho da Cruz Tavares**

41. A credora Daiane Bicalho da Cruz Tavares apresentou divergência de crédito a esta Administração Judicial, através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor na classe I (trabalhistas), qual seja, R\$1.492,56 (um mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos), afirmando que *o valor a ser recebido como descrito em folha de demonstrativo de pagamento* é R\$ 1.527,63 (um mil quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).

42. Cumpre informar que o crédito em questão constou apenas no Edital publicado em 03 de abril de 2024 (relação de credores de Id. 9579979), não tendo constado naquele publicado em 1º de agosto, com base na relação de credores de Ids.111432844 e 1114432845.

43. Na instrução da divergência, a credora apresentou um holerite referente ao mês de fevereiro de 2024, onde consta o valor líquido de R\$ 1.527,63 (um mil quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).





44. Ocorre que, da leitura da relação de credores de Id. 98579979, verifica-se que o crédito listado em favor da Requerente é relativo a FGTS, o que não guarda relação com o demonstrativo apresentado na instrução da divergência. Veja-se:

**Excerto extraído da relação de credores:**

DAIANE BICALHO DA CRUZ TAVARES	1.492,56	FGTS
--------------------------------	----------	------

**Excerto extraído do holerite:**

Base FGTS	FGTS	Total de Proventos	Total de Descontos	Total Líquido
2.521,33	201,70	1.734,36	206,73	1.527,63
Base IRRF	Mensagens			
1.130,73				
Base INSS				
2.521,33				
Data Crédito: 06/03/2024				

45. Para além disso, quer parecer a esta Administração Judicial que o crédito indicado pela Requerente é extraconcursal, na medida em que se refere à competência de fevereiro de 2024, sendo certo que os créditos concursais são aqueles existentes apenas até 18 de dezembro de 2023, ainda que não vencidos.

46. Na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestaram pela manutenção do valor listado no Edital publicado em 03 de abril, uma vez que a majoração pretendida pela credora diz respeito a contribuições previdenciárias.

47. Assim, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$1.492,56 (um mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos).







### III.1.c Daniela dos Santos Souza

48. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Daniela dos Santos Souza, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 1.792,03 (um mil setecentos e noventa e dois reais e três centavos), e afirma que suas férias vencidas e décimo terceiro deveriam entrar no cálculo, assim como seu salário de janeiro, no valor de R\$ 4.244,09 (quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), que não teria sido pago na totalidade.

49. De início, cumpre elucidar que o crédito listado em favor da Requerente é relativo a FGTS, e que constou apenas na relação de credores de Id.98579979, não tendo constado naquela que serviu de base para o Edital publicado em 1º de agosto de 2024:

DANIELA DOS SANTOS SOUSA	1.792,03	FGTS
--------------------------	----------	------

50. Para instruir a divergência, a credora apresentou *prints* do seu holerite e conta bancária, sendo possível atestar, daquele primeiro, que o salário a que se refere é de janeiro de 2024. Assim, considerando que os créditos concursais são aqueles existentes até 18 de dezembro de 2023, o salário de janeiro de 2024, de fato, não deve integrar o montante listado em favor da Requerente.

51. Quanto às férias e décimo terceiro, não há documento que os embase, de modo que não há sequer como verificar os valores respectivos.

52. As Recuperandas, instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, opinaram pela manutenção da quantia listada em Id.98579979.

53. À vista do exposto, este Administrador Judicial rejeita a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, isto é, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 1.792,03 (um mil setecentos e noventa e dois reais e três centavos).







**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

### III.1.d Dayane de Souza Peres

54. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Dayane de Souza Peres, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 2.441,56 (dois mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), afirmando que o montante correto corresponde a R\$ 19.294,04 (dezenove mil duzentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).

55. Vale mencionar o que crédito em questão constou apenas no Edital publicado em 03 de abril de 2024, tendo sido excluído da relação de credores apresentada posteriormente pelas Recuperandas e que serviu de base para a publicação do Edital de 1º de agosto.

56. Em suas razões, aduz que seus proventos correspondem a:

“Aviso Prévio indenizado por 36 dias no valor de R\$4.747,54; Saldo de salário por 23 dias R\$2.290,25; Gratificação de função por 23 dias R\$916,10; 13º Salário Prop 02/12 R\$659,38; 13º Salário Prop indenizado 01/12 R\$329,69; Férias vencidas+1/3 Um período valor R\$5.275,04; Férias Prop+1/3 03/12 valor R\$1.318,76; Férias Prop indenizado+1/3 01/12 valor R\$439,59; Premiação (janeiro que recebe em março) no valor R\$1.865,00; Total de Proventos: R\$ 17.841,35.”

57. Afirma que, além do total de proventos, falta o pagamento do valor de R\$ 1.452,69 (um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), relativo ao salário de fevereiro.

58. Acrescenta que faltam valores de FGTS e multa, bem como correção de juros de aviso indenizado, e que requereu adicional de insalubridade, mas não obteve resposta.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 24  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





59. Na instrução da divergência, a Requerente apresentou uma relação de 13 (treze) holerites, extrato da conta de FGTS, compreendendo o período de janeiro de 2022 e fevereiro de 2023, *print* de reunião *online*, mensagem de *whatsapp*, conta corrente e carteira de trabalho digital, requerimento de seguro-desemprego, requerimento de adicional de insalubridade, bem como o informe de rescisão do contrato, onde consta o aviso prévio indenizado.

60. Contudo, a documentação apresentada pela Requerente não permite a esta Administração Judicial a necessária verificação do valor líquido total que lhe é devido, nos parecendo ser a hipótese de, primeiramente, se ajuizar uma demanda na Justiça Trabalho a fim de seu crédito seja declarado, liquidado e, após, atualizado até 18 de dezembro de 2023.

61. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, as Recuperandas apenas afirmaram que o valor listado se refere a FGTS não recolhido.

62. Assim, estando ausentes os requisitos do art. 9º da Lei 11.101/2005, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito listado na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 2.441,56 (dois mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

### **III.1.e Gabriella de Oliveira Campos**

63. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Gabriella de Oliveira Campos, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 305,25 (trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos), e afirma que o total devido até o mês de março de 2024 perfaz a quantia de R\$ 7.765,00 (sete mil setecentos e sessenta e cinco reais).

64. Vale pontuar, de saída, que a referida credora constou apenas no Edital publicado em 03 de abril, tendo sido excluída da relação de credores publicada em 1º de agosto.





65. Contudo, a Requerente não apresentou qualquer documento para comprovar o que alega, tampouco o cálculo do crédito atualizado até 18 de dezembro de 2023, em descumprimento, pois, ao que determina o art. 9º, II e III, da LRF.

66. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas se opuseram à majoração pretendida, aduzindo que as verbas são atinentes a fevereiro e março de 2024, e, portanto, extraconcursais.

67. Diante do exposto, este Administrador Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 305,25 (trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).

### **III.1.f Inys Liana da Costa Barreto Borges**

68. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Inys Liana da Costa Barreto Borges, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$2.627,55 (dois mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos), e afirma que a quantia correta corresponde a R\$ 22.821,73 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos).

69. Vale pontuar, de saída, que a referida credora constou apenas no Edital publicado em 03 de abril, tendo sido excluída da relação de credores publicada em 1º de agosto.

70. Em suas razões, a credora aponta as verbas trabalhistas que entende serem devidas e seus respectivos valores, apresentando, em anexo à divergência, o informe de rescisão do contrato de trabalho, datado em 23 de janeiro de 2024, extrato da conta do FGTS, compreendendo o período de dezembro de 2021 a janeiro de 2023, e planilha de premiação por vendas, em formato *Excel*.

71. Como se depreende, não há como verificar o valor total líquido devido à Requerente, eis que foram expostas as verbas trabalhistas que esta entende serem devidas e seus respectivos valores, mas não há documentação apta a corroborá-las.





72. Assim, nos parece ser a hipótese de a Requerente ajuizar uma demanda trabalhista, a fim de tornar seu crédito líquido, e após, habilitá-lo na presente recuperação judicial.

73. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, somente afirmaram que o valor listado se refere a FGTS não recolhido.

74. Diante do exposto, não tendo sido atendidos os requisitos do art. 9º da LRF, este Administrador Judicial rejeita a divergência, e mantém o crédito tal como listado, na classe I (trabalhistas), pelo valor R\$ 2.627,55 (dois mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

### III.2 Classe III – Créditos quirografários

#### III.2.a Ahgora HCM

75. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Ahgora HCM, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), em face da Recuperanda Lilly Estética, pelo valor de R\$ 2.906,16 (dois mil novecentos e seis reais e dezesseis centavos), afirmando que, na verdade, lhe é devido o valor de R\$ 11.624,64 (onze mil seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

76. Todavia, a credora não apresentou qualquer documento para comprovar seu pleito de retificação do valor do crédito, mas, apenas, a tabela abaixo colacionada:

CNPJ / CPF	Nome Parceiro (Parceiro)	Nro. NFS-e	Nro Nota	Valor Líquido	Dt. Negociação	Dt. Vencimento	Atraso (dias)	Histórico
24.817.299/0001-30	LILLY STORE	81910	82090	2.906,16	01/12/2023	25/01/2024	49	REFERENTE A DEZEMBRO/23
24.817.299/0001-30	LILLY STORE	88932	88975	2.906,16	03/01/2024	26/02/2024	17	REFERENTE A JANEIRO/24
24.817.299/0001-30	LILLY STORE	95086	95122	2.906,16	01/02/2024	25/03/2024	-11	REFERENTE A FEVEREIRO/24
24.817.299/0001-30	LILLY STORE	102013	102053	2.906,16	02/03/2024	25/04/2024	-42	REFERENTE A MARÇO/24
				<b>11.624,64</b>				

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 27  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





77. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, discordaram do pleito da Ahgora, sob o argumento de que a majoração pretendida diz respeito a serviços com fato gerador posterior a 18 de dezembro de 2023, o que, de fato, se verifica na tabela *supra*.

78. Assim, diante do não cumprimento ao que determina o art. 9º da LRF, não havendo qualquer documento hábil a comprovar o pedido de retificação, este Administrador Judicial rejeita a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 2.906,16 (dois mil novecentos e seis reais e dezesseis centavos).

### **III.2.b Bananas Music Branding Produção e Curadoria Musical, Artística e Cultural Ltda.**

79. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bananas Music Branding Produção e Curadoria Musical, Artística e Cultural Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), em face da Recuperanda Lilly Estética, pelo valor de R\$ 2.955,30 (dois mil novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 3.727,49 (três mil setecentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), atualizado até 18 de dezembro de 2023.

80. Em suas razões, aduz que seu crédito tem origem em contrato de prestação de serviços, tendo anexo à divergência o referido contrato (assinado apenas por ela, estando pendente a assinatura do representante das Recuperandas), 03 (três) Notas Fiscais, no valor de R\$985,10 (novecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), bem como a planilha de débitos abaixo colacionada:





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

#### PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: dezembro/2023  
Indexador utilizado: IPCA (IBGE)  
Juros moratórios legais  
Acréscimo de 12,00% referente a multa.  
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS LEGIS	MULTA 12,00%	TOTAL
1	MP05	05/01/2023	985,10	1.024,88	112,54	122,99	1.260,41
2	MP16	05/02/2023	985,10	1.019,48	101,56	122,34	1.242,38
3	MP29	05/03/2023	985,10	1.010,99	91,40	121,32	1.223,71
TOTALIS			2.955,30	3.055,35	305,50	366,64	3.727,49
Subtotal							R\$ 3.727,49
TOTAL GERAL							R\$ 3.727,49

81. Como dito, no contrato apresentado pela credora não consta qualquer assinatura em nome das Recuperandas, não sendo possível atestar sua validade, e, via de consequência, a validade de suas cláusulas, incluindo aquelas que dispõem sobre os encargos contratuais.

82. A despeito da não comprovação pela credora, as Recuperandas, em contraditório administrativo, manifestaram concordância total ao *quantum* postulado, destacando que havia listado apenas o valor histórico, sem as atualizações na forma do contrato.

83. Ante o exposto, considerando a concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a divergência, de modo que passe a constar o crédito no valor de R\$ 3.727,49 (três mil setecentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), na classe III (quirografários), em favor de Bananas Music Branding Produção e Curadoria Musical, Artística e Cultural Ltda.

### III.2.c Bio Bela Distribuidora de Descartáveis Ltda.

84. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Bio Bela Distribuidora de Descartáveis Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), em face da Recuperanda Lilly Estética, pelo valor de R\$ 24.300,63 (vinte e quatro mil trezentos reais e sessenta e três centavos), afirmando que o valor atualizado até 1º de fevereiro de 2024 corresponde a R\$ 25.272,66 (vinte e cinco mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 29  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





85. Acrescenta que ainda há o valor de R\$ 52.184,90 (cinquenta e dois mil cento e oitenta e quatro reais e noventa centavos), que, atualizado até 1º de fevereiro de 2024, corresponde a R\$ 53.228,51 (cinquenta e três mil duzentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos).

86. Em anexo à divergência, a Requerente apresentou uma série de Notas Fiscais **sem os respectivos comprovantes de recebimentos das mercadorias e boletos**, deixando, também, de apresentar o cálculo dos valores atualizados até 18 de dezembro de 2023, data limite de atualização dos débitos sujeitos à presente recuperação judicial.

87. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas elucidaram que as notas apresentadas pela Bio Bela são todas extraconcursais, pelo que a divergência não deve ser acolhida.

88. Assim, este Administrador Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 24.300,63 (vinte e quatro mil trezentos reais e sessenta e três centavos).

### **III.2.d Dayane Silva Ferreira Santos**

89. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Dayane Silva Ferreira Santos, por meio de correio eletrônico, na qual afirma não estar de acordo com a classificação do seu crédito, que restou listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 220,90 (duzentos e vinte reais e noventa centavos), em face da Recuperanda Lilly Estética.

90. A Requerente aduz que teria sido induzida a comprar um serviço em julho de 2023, que foi impossibilitada de realizar, pugnando pelo estorno do valor e ressaltando que a classificação terá que ser prioritária.

91. Acrescenta que há outro reembolso a ser feito pelas Recuperandas, e apresenta, em anexo à divergência, a seguinte planilha:





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Memória de Cálculo Pacote Diversos					Total
Nome Cliente	Dayane Silva Ferreira Santos				
CPF	704.999.191-06				
	Obs	Descrição da Comanda		Descrição da Comanda	
Numero da Comanda		5742	5742		
Clinica		Passelo das Águas Shopping	Passelo das Águas Shopping		
Vendedora		Ulane Caroline Ribeiro de Oliveira	Ulane Caroline Ribeiro de Oliveira		
Data Venda do Serviço		08/07/2022	08/07/2022		
Data da Solicitação		26/02/2024	26/02/2024		
Data Cancelamento		29/02/2024	29/02/2024		
Forma da Pagamento		Crédito Recorrente	Crédito Recorrente		
Serviço Comprado		Pacote Depilação a Laser	Depilação a laser		
Tipo de Contrato		Isonção de Multa	Isonção de Multa		
Valor Total do Pacote	R\$ 1.670,81	R\$ 1.527,27	R\$ 143,54		###
Desconto	R\$ -	R\$ -	R\$ -		###
Valor líquido do Pacote	R\$ 1.670,81	R\$ 1.527,27	R\$ 143,54		###
Quantidade de Sessões Compradas		8	1		9
Valor Unitário das sessões Compradas		R\$ 190,91	R\$ 143,54		###
Quantidade de Sessões feitas		1	0		1
Valor das sessões feitas		R\$ 190,91	R\$ -		###
Total Pago		R\$ 1.145,45	R\$ 107,65		###
Multa Contratual %		R\$ -	R\$ -	Total	###
Valor a Reembolsar ao Cliente		R\$ 954,54	R\$ 107,65	R\$ 1.062,19	###
Valor a Receber do Cliente		R\$ -	R\$ -	R\$ -	###
Valor a Reembolsar ao Cliente					R\$ 1.062,19

\* Multa de Cancelamento - 10% do valor do pacote para contratos antigos (Obs. alinhado com Vinicius cobrança de multa encima do valor a pagar) / Os contratos do D4 é 20% do saldo restante a paga R\$ 1.062,19

\* O Valor que deve ir pro Avec ( Valor líquido do Pacote - Valor das sessões feitas - Multa contratual) R\$ 1.479,90

\* Quando for venda parcelada no Cartão de Credito Comum, deve-se reembolsar tambem o valor das parcelas em aberto, descontando o valor devido pelo cliente

92. Nada obstante, a credora não instruiu a divergência com qualquer documento comprobatório, em manifesto desacordo com o que determina o art. 9º, III, da LRF, deixando, ainda, de promover a correta atualização até 18 de dezembro de 2023, como determina o inciso II da citada norma legal.

93. Quanto à classificação do crédito, não nos parece haver dúvida de que se enquadra naquela prevista no inciso III do art. 41 da LRF, eis que decorre da contratação de serviço por pessoa física que não teria sido realizado pelas Recuperandas, sendo, pois, crédito quirografário.

94. Embora esta Administração Judicial entenda pela ausência de elementos suficientes para o acolhimento da quantia indicada pela credora, as Recuperandas manifestaram concordância com o pedido de majoração, em sede de contraditório administrativo.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 31  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br







95. Dessa forma, acolhe-se a divergência, de modo que passe a constar o valor total de R\$ 1.283,06 (um mil duzentos e oitenta e três reais e seis centavos), mantida, no entanto, a classe III (quirografários).

### III.2.e Insigne Capacitação Profissional e Corporativa Ltda.

96. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Insigne Capacitação Profissional e Corporativa Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual afirma que o crédito listado na classe III (quirografários), em face da Recuperanda Lilly Estética, pelo valor de R\$ 39.533,60 (trinta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos), deve ser retificado para o valor de R\$ 78.567,20 (setenta e oito mil quinhentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) e classificado como trabalhista (classe I).

97. Em suas razões, afirma que celebrou Contrato de Prestação de Serviços pelo prazo de 12 (doze) meses com as Recuperandas, por meio do qual acordaram pelos serviços contábeis prestados o pagamento de honorários mensais de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), nos dias 20 do mês da realização dos serviços.

98. Aduz que, no entanto, as Recuperandas deixaram que efetuar o pagamento das seguintes Notas Fiscais:

Nota Fiscal	(Nome Fantasia)	Previsão de Recebimento	Valor bruto	Valor Líquido	Créditos Concursais
1767	LILLY STORE	30/08/2023	500,00	500,00	500,00
2092	LILLY STORE	20/10/2023	19.000,00	19.000,00	19.000,00
2168	LILLY STORE	16/11/2023	19.000,00	19.000,00	19.000,00
2214	LILLY STORE	20/11/2023	20.033,60	20.033,60	20.033,60
2427	LILLY STORE	20/12/2023	20.033,60	20.033,60	20.033,60
2658	LILLY STORE	20/01/2024	6.000,00	6.000,00	
2683	LILLY STORE	31/01/2024	11.800,00	11.074,30	
2792	LILLY STORE	20/02/2024	6.000,00	5.631,00	
2764	LILLY STORE	29/02/2024	11.800,00	11.074,30	
				114.167,20	78.567,20





99. Acrescenta que seu crédito foi equivocadamente inserido na classe quirografária, eis que possui natureza alimentar, equiparando-se, em razão disso, aos trabalhistas para fins de habilitação em recuperação judicial.

100. Na instrução da divergência, foram apresentadas as Notas Fiscais indicadas na tabela *supra* colacionada, bem como o contrato de prestação de serviços firmado com as Recuperandas.

101. Contudo, este Administrador Judicial verificou que a sociedade INSIGNE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E CORPORATIVA, CNPJ nº 17.498.942/0001-44, diverge daquela que foi listada na relação de credores pelo valor de R\$ 39.533,60 (trinta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos), na classe III (quirografários), cuja denominação é INSIGNE BRASIL CONSULTORIA E ESTRATÉGIA LTDA., CNPJ nº 43.806.984/0001-05, esta que também constou no contrato de prestação de serviços. Veja-se:

Pelo presente instrumento particular,

- I. **[LILLY ESTETICA S.A.]** sociedade com sede na [Rua Helios Seelinger, 155 sala 301 – Barra da Tijuca], Cidade do [Rio de Janeiro] Estado de [RJ] CEP [22.640-040], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [24.817.299/0001-30], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("CONTRATANTE"); e suas filiais, vide ANEXO I deste contrato.
- II. **[INSIGNE BRASIL CONSULTORIA E ESTRATÉGIA LTDA.]**, sociedade com sede na [Avenida Embaixador Aberlado Bueno, IIII bloco 2 Sala 202], Cidade de [Rio de Janeiro] e Estado de [RJ], CEP [22.775-039], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [43.806.984/0001-05], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("CONTRATADA");

102. Verificou-se, ainda que, na procuração que seguiu anexa à divergência a Outorgante é INSIGNE CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTÁRIA LTDA, CNPJ nº 08.725.781/0001-93, que diverge das duas sociedades acima indicadas.

103. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, manifestaram discordância às alterações requeridas, a fim de que o crédito seja mantido tal como listado.





104. Assim, diante da impossibilidade de comprovação, na forma do art. 9º da LRF, e da discordância da parte devedora, esta Administração Judicial rejeita a divergência, a fim de manter o crédito listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 39.533,60 (trinta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

### **III.2.f Neovero Serviços de Desenvolvimento em Tecnologia da Informação Ltda.**

105. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Neovero Serviços de Desenvolvimento em Tecnologia da Informação Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), em face da Recuperanda Lilly Estética, pelo valor de R\$ 807,65 (oitocentos e sete reais e sessenta e cinco centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 913,45 (novecentos e treze reais e quarenta e cinco centavos).

106. A Neovero aduz que seu crédito tem origem na Nota Fiscal nº 27233, no valor histórico de R\$ 886,71 (oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e um centavos), sobre o qual, de acordo com o item 2.5 do contrato celebrado entre as partes, deve incidir multa de 2% e juros moratórios de 1%, alcançando o montante que ora pretende ver listado em seu favor.

107. Em anexo à divergência, a credora apresentou a Nota Fiscal nº 27233, com vencimento em 29 de fevereiro de 2024, bem como o contrato firmado entre as partes, não sendo possível atestar, contudo, se o serviço a que se refere a nota fiscal foi prestado anteriormente à recuperação judicial, a fim de atestar a submissão do crédito respectivo ao concurso de credores.

108. Não há que se falar, outrossim, em incidência de multa e juros sobre os valores da nota fiscal em questão, na hipótese de se tratar de crédito concursal, eis que seu vencimento ocorreu após 18 de dezembro de 2023, data limite de atualização dos créditos habilitados nestes autos.

109. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas apenas aduziram que “*não constam valores em aberto conforme retorno do Financeiro do fornecedor*”, não havendo, contudo, prova nesse sentido.





110. Ante o exposto, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$807,65 (oitocentos e sete reais e sessenta e cinco centavos).

### **III.2.g Condomínio do Shopping Cidade**

111. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Castor Participações Ltda. e Itamarati de Minas Participações e Empreendimentos S/A, representadas pelo Condomínio do Shopping Cidade, através de correio eletrônico, na qual manifestam discordância ao crédito listado em favor do Condomínio no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 184.357,15 (cento e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos), em face da Recuperanda Lilly Estética, afirmando que o valor correto, atualizado até 14 de dezembro de 2023, corresponde a R\$ 187.157,27 (cento e oitenta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos).

112. Em suas razões, afirmam que o crédito em questão tem origem na relação locatícia firmada entre as partes, incluindo os termos de acordo, cujos fatos geradores são todos anteriores à recuperação judicial, eis que relativos aos meses de março e julho de 2023, bem como de custas judiciais.

113. Na instrução da divergência, apresentaram o **(i)** contrato de locação firmado com as Recuperandas, assim como **(ii)** aditivo, **(iii)** instrumento de confissão de dívida e acordos relacionados ao contrato, **(iv)** comprovante de pagamento de custas de despejo, **(v)** boletos e **(vi)** planilha de débitos.

114. As Recuperandas, ao se manifestarem em contraditório administrativo, concordaram com o pleito, e afirmaram que *“a diferença é por conta de correção monetária e juros sobre as parcelas não quitadas.”*

115. Da análise da planilha de débitos apresentada, observa-se que os valores dela constantes referem-se à 22 parcelas de acordo vencidas antecipadamente em 15 de novembro de 2023, atualizadas IGP-DI e com juros de 1% ao mês, além de custas processuais no valor de R\$ 1.484,89 (um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).





116. Com efeito, a referida planilha guarda relação com o acordo celebrado entre as partes, bem como com o contrato de locação e respectivo aditivo, motivo pelo qual, a nosso ver, os Requerentes cumpriram o que determina o art. 9º da LRF, corroborando a existência e a correta atualização do crédito.

117. Ante o exposto, esta Administração Judicial acolhe a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 187.157,27 (cento e oitenta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos) em favor do Condomínio do Shopping Cidade, na classe III (quirografários).

### **III.2.h Sandro Aparecido dos Santos**

118. O credor Sandro Aparecido dos Santos, listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.528,60 (quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e sessenta centavos), em face da Recuperanda Lilly Estética, ao receber a correspondência enviada por este Administrador Judicial, enviou duas Notas Fiscais, nos valores líquidos de R\$ 4.178,60 (quatro mil cento e setenta e oito reais e sessenta centavos) e R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), o que resulta, exatamente, na quantia listada em seu favor.

119. Logo, não há qualquer ajuste a ser realizado por esta Administração Judicial, que manterá o crédito tal como listado.

### **III.2.i Tokio Marine Seguradora S/A**

120. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Tokio Marine Seguradora S/A, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$79,20 (setenta e nove reais e vinte centavos), em face da Recuperanda Lilly Estética, afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 158,40 (cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).





121. Em anexo à divergência, a Tokio Marine apresentou, tão somente, uma planilha em formato *Excel* com os valores que entende devidos, em desacordo com o que determina o art. 9º da LRF, sobretudo os incisos II e III, não havendo documentação comprobatória do crédito, tampouco atualização até 18 de dezembro de 2023.

122. As Recuperandas, sem sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, pugnaram pela rejeição da divergência, em razão da ausência de documentos comprobatórios.

123. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 79,20 (setenta e nove reais e vinte centavos).

### **III.2.j BPO Tecnologia Ltda.**

124. Trata-se de divergência de crédito apresentada por BPO Tecnologia Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 37.695,00 (trinta e sete mil seiscientos e noventa e cinco reais), em face da Recuperanda Lilly Estética, e pugna pela retificação para a quantia de R\$ 110.133,51 (cento e dez mil cento e trinta e três reais e cinquenta e um centavos).

125. Em suas razões, a BPO afirma que o crédito listado em seu favor se refere apenas à fatura nº 25717, e que se faz necessário somar ao valor listado o montante de R\$ 72.438,51 (setenta e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), atinentes às faturas nº 26008 e 26528.

126. Neste contexto, aduz que as faturas em questão também são relativas a crédito concursal, uma vez que referentes ao período de 1º a 30 de dezembro de 2023 e 1º a 30 de janeiro de 2024, tendo instruído a divergência com o contrato de locação firmado entre a Aluga Locações de Equipamentos Ltda. (incorporada pela BPO) e a Recuperanda Lilly Estética S/A, quando ainda se denominava Nicole Sarantopoulos Estética Ltda., em 1º de fevereiro de 2021, além das faturas sobreditas.





127. Ocorre que, como prefalado, nos termos da decisão de Id. 100209666, proferida nestes autos, o marco temporal de submissão dos créditos à recuperação judicial é o dia 18 de dezembro de 2023, de modo que os créditos sujeitos à recuperação são apenas aqueles existentes na referida data, ainda que não vencidos.

128. No caso em voga, o fato gerador do crédito, que define sua existência, para fins de verificação da submissão ou não ao concurso de credores (cf. Tema 1051 do STJ), é o próprio período da locação, sendo certo que, em se tratando de locação ocorrida em dezembro de 2023, impõe-se ao credor desmembrar a fatura tão somente até o dia 18. No que se refere ao crédito da locação de janeiro de 2024, é evidente que não se submete à recuperação judicial, não devendo ser incluído qualquer valor da fatura correspondente.

129. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram que o valor concursal devido ao credor corresponde a concursal é de R\$ 75.084,03 (setenta e cinco mil oitenta e quatro reais e três centavos).

130. Nessa ordem de ideias, considerando que o credor pretende incluir valores não sujeitos a esta recuperação judicial, acolhe-se parcialmente a divergência, de modo a retificar o crédito para o valor de R\$ 75.084,03 (setenta e cinco mil oitenta e quatro reais e três centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

### **III.2.k Uber do Brasil Tecnologia Ltda.**

131. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Uber do Brasil Tecnologia Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$10.008,18 (dez mil oito reais e dezoito centavos), em face da Recuperanda Lily Estética, requerendo seja retificado para a quantia de R\$ 11.977,26 (onze mil novecentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos).







132. Neste contexto, aduz que seu crédito é oriundo de serviços de intermediação prestados pela plataforma Uber ("U4B" - *Uber 4 Business*) à empresa Lilly Estética, sendo R\$ 6.092,81 (seis mil noventa e dois reais e oitenta e um centavos) referentes ao mês de maio de 2023, R\$ 3.915,37 (três mil novecentos e quinze reais e trinta e sete centavos) referentes ao mês de junho de 2023, e, por fim, R\$ 1.969,08 (mil novecentos e sessenta e nove reais e oito centavos) referentes ao mês de julho de 2023.

133. Na ocasião do contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram discordância ao pleito, por entenderam pela ausência de documentos comprobatórios.

134. Contudo, na instrução da divergência, a Uber apresentou as notas de débito nº830796, 848166 e 874367, em nome de Lilly Estética S/A, que somam exatamente a quantia que pretende ver listada em seu favor, e que possuem fato gerador anterior a 18 de dezembro de 2023, sendo, portanto, concursais.

135. Assim, esta Administração Judicial acolhe a divergência, para que passe a constar o valor de R\$ 11.977,26 (onze mil novecentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos) em favor da Uber do Brasil Tecnologia Ltda., na classe III (quirografários).

### **III.2.I Curupira S/A**

136. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Curupira S/A, através de correio eletrônico, por meio da qual aduz que o valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), qual seja, R\$ 123.907,55 (cento e vinte e três mil novecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), está equivocado, e afirma que a quantia correta corresponde a R\$ 132.446,00 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais).

137. Em suas razões, afirma que seu crédito tem origem em contrato de prestação de serviços relativo à licença de uso de programas de computador e prestação de serviços entabulado com a Recuperanda, na qual licenciou temporariamente a plataforma Blip do plano Enterprise, de sua propriedade.







138. Neste contexto, afirma que existem 18 notas fiscais em aberto, todas referentes a serviços prestados anteriormente à recuperação judicial, e que, embora as notas nº 202300000058979 e 202300000058919 tenham sido emitidas posteriormente, estas também se referem a serviços prestados antes do marco final de submissão dos créditos, conforme a tabela abaixo:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	NÚMERO DA NOTA	DATA EMISSÃO	VENCIMENTO	DATA PAGAMENTO	SITUAÇÃO	VALOR FISCAL	MENTIONADO
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000019984	18/04/2023	18/02/2023	03/11/2023	Em aberto	4.514,73	Referência a Sessões IVA em Março/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000019989	18/04/2023	18/02/2023	22/09/2023	Em aberto	18.123,24	Referência ao licenciamento da plataforma BIP em março/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000019922	12/05/2023	11/05/2023	03/11/2023	Em aberto	3.783,53	Referência a Sessões IVA em Abril/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000022988	17/05/2023	16/05/2023	03/11/2023	Em aberto	12.439,29	Referência ao licenciamento da plataforma BIP em abril/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000025904	12/06/2023	12/07/2023		Em aberto	4.576,15	Referência a Sessões IVA em Maio/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000027489	14/06/2023	14/07/2023	03/11/2023	Em aberto	6.086,39	Referência ao licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais em BIP em Maio/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000029694	10/07/2023	09/08/2023	03/11/2023	Em aberto	4.248,11	Referência a Sessões IVA em Junho/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000030483	10/07/2023	09/08/2023		Em aberto	1.299,00	Referência ao licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais no plano Enterprise em Junho/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000034453	08/08/2023	07/09/2023	17/11/2023	Em aberto	4.281,53	Referência a Sessões IVA em Julho/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000038486	11/08/2023	10/09/2023	17/11/2023	Em aberto	1.388,00	Referência ao Licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais no Plano Enterprise em Julho/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000042777	14/08/2023	14/09/2023	17/11/2023	Em aberto	3.339,84	Referência a Sessões IVA em Agosto/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000043416	15/08/2023	15/09/2023	17/11/2023	Em aberto	1.388,00	Referência ao Licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais no plano Enterprise em Agosto/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000046486	11/10/2023	10/11/2023	17/11/2023	Em aberto	2.285,33	Referência a Sessões IVA em Setembro/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000048385	13/10/2023	12/11/2023	17/11/2023	Em aberto	1.344,00	Referência ao Licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais em Setembro/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000052676	13/11/2023	13/12/2023		Em aberto	3.584,14	Referência a Sessões IVA em Outubro/23
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000052407	13/11/2023	13/12/2023		Em aberto	1.441,00	Referência ao Licenciamento da plataforma BIP e Números Adicionais no plano Enterprise em Outubro/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000058979	14/12/2023	13/01/2024		Em aberto	7.525,39	Referência ao Licenciamento da Plataforma BIP e Números Adicionais no plano Enterprise em Novembro/2023
LILLY ESTÉTICA S.A.	24.817.359/0001-30	2023010000058919	14/12/2023	13/01/2024		Em aberto	913,33	Referência a Sessões IVA em Novembro/2023
Total emitido RJ							132.907,85	
Total em aberto							132.446,00	

139. Na instrução da divergência, foram apresentadas as Notas Fiscais nº202300000058979 e 202300000058919, ambas indicando a prestação de serviço em novembro de 2023, cujo crédito é sujeito à presente recuperação judicial.

140. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram discordância ao pleito, aduzindo que não identificaram as duas Notas Fiscais mencionadas, e que no mês de novembro não trabalhava mais com o fornecedor em questão.

141. Contudo, as devedoras não lograram êxito em comprovar que o serviço já não era mais prestado neste período, ou que as notas fiscais foram pagas, tendo o credor, por sua vez, apresentado documento comprobatório da quantia que pretende ver listada em seu favor, motivo pelo qual acolhe-se a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 132.446,00 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais), classe III (quirografários).





### **III.2.m Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.**

142. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), isto é, R\$ 417.417,01 (quatrocentos e dezessete mil quatrocentos e dezessete reais e um centavo), e aduz que o valor correto corresponde a R\$ 456.886,18 (quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos).

143. O referido credor afirma que o pedido de majoração reside no fato de não ter sido listada a Fatura nº 281397, no valor de R\$ 39.469,17 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), atinente a serviços prestados em junho de 2023, sujeita, portanto, à presente recuperação judicial.

144. Na instrução da divergência, foram apresentadas as faturas arroladas na relação de credores, bem como aquela que o Facebook afirma ter sido desconsiderada.

145. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, afirmaram apenas estar “*de acordo com valor da lista.*”

146. Assim, esta Administração Judicial acolhe a divergência, a fim de passe a constar o crédito no valor de R\$ 456.886,18 (quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos), classe III (quirografários), em favor de Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

### **III.2.n Master Higimed Comercial de Produtos de Higienização e Hospitalares Ltda.**

147. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Master Higimed Comercial de Produtos de Higienização e Hospitalares Ltda., através de correio eletrônico, na qual afirma que o valor do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), qual seja, R\$ 3.988,55 (três mil novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), está incorreto, e que lhe é devido, na verdade, o total de R\$13.238,56 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), tendo como origem os seguintes títulos:





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Cliente-Loja	Cliente	CNPJ/CPF	No. Título	Parcela	DT Emissão	Vencimento	Vlr. Título
000044-001	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000130	94307	1	09/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-024	LILLY ESTETICA S.A.	24817299003236	94308	1	09/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-002	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002345	94309	1	09/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-021	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002426	94310	1	09/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-003	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002507	94311	1	09/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-008	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002698	94335	1	10/08/2023	10/09/2023	R\$ 2.070,62
000044-010	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002850	94336	1	10/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-011	LILLY ESTETICA S.A.	24817299002779	94337	1	10/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-023	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000210	94338	1	10/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-014	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000482	94376	1	10/08/2023	11/09/2023	R\$ 797,71
000044-007	LILLY ESTETICA S.A.	24817299001101	94421	1	11/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-013	LILLY ESTETICA S.A.	24817299001535	94422	1	11/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-027	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000563	94423	1	11/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-009	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000644	94424	1	11/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
000044-026	LILLY ESTETICA S.A.	24817299000725	94425	1	11/08/2023	10/09/2023	R\$ 797,71
<b>Total</b>							<b>R\$ 13.238,56</b>

148. Na instrução da divergência, foram apresentadas as respectivas notas, que foram emitidas em razão da compra e venda de mercadorias. Contudo, a credora deixou de apresentar os comprovantes de recebimento das mercadorias, documento imprescindível à comprovação do crédito nesta hipótese.

149. Assim, diante do descumprimento ao que determina o art. 9º da LRF, esta Administração Judicial rejeita a divergência, de modo que seja mantido o crédito tal como listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$3.988,55 (três mil novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

### III.2.o Itaú Unibanco S/A

150. O Itaú Unibanco S/A apresentou divergência de crédito a esta Administração Judicial, por meio de correio eletrônico, pugnando pela individualização dos seus créditos de acordo com cada Cédula de Crédito Bancário formalizada com as Recuperandas, bem como pelo reconhecimento da extraconcursalidade, nos termos do art.49, §3º, da LRF, dos créditos decorrentes dos seguintes contratos:

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 42  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

- (i) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro nº 000000234754869;
- (ii) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Devedores Solidários nº 000000579292566.

151. Vale destacar que o Itaú está listado na classe III (quirografários) pelo crédito no valor de R\$ 3.154.446,91 (três milhões cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), o qual alega não estar de acordo com os instrumentos que lastreiam a dívida.

152. Em suas razões, o Itaú afirma que seu crédito decorre de 04 (quatro) operações firmadas com a Recuperanda Lilly Estética, quais sejam:

CONTRATO	VALOR HISTÓRICO
Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1692604638 (Doc. 04)	R\$2.000.026,00 (dois milhões e vinte e seis reais)
Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro - FGI nº 1664686829 (Doc. 05)	R\$999.999,00 (novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais)
Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro (Giopré - Parcelas Iguais/Flex - DS) nº 000000234754869 (Doc. 06)	R\$1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)
Cédula de Crédito Bancário Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Devedores Solidários (Giro CDI - Parcelas Flex - DS) nº 000000579292566 (Doc. 07)	R\$3.000.000,00 (três milhões de reais)

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 43  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





153. Assenta que o valor histórico do crédito concedido à Recuperanda corresponde ao montante de R\$ 7.400.025,00 (sete milhões quatrocentos mil e vinte e cinco reais).

154. A referida Instituição Financeira destaca, ainda, a ausência de identificação de cada contrato, argumentando que isto dificulta a identificação dos valores correspondentes a cada operação, e que os créditos oriundos dos contratos nº000000234754869 e 000000579292566 não se submetem à recuperação judicial, eis que garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios.

155. Em anexo à divergência, o Itaú apresentou os 04 contratos sobreditos, não havendo qualquer planilha de débitos ou documento de natureza semelhante, mas, apenas, os contratos e respectivos instrumentos de constituição da garantia.

156. Como afirmado pelo próprio credor, a relação de credores apresentada pelas Recuperandas não discrimina a que se refere o montante listado.

157. As Recuperandas, por sua vez, ao se manifestarem em contraditório administrativo, apenas argumentaram que o Itaú não apresentou, ao fim, o valor que entende devido, e que a discussão acerca da extraconcursalidade está ocorrendo em 2ª instância.

158. Conclui-se, portanto, que, de um lado – devedor – **não há indicação da origem do montante listado**, e do outro – credor – **não há informação do quantum se pretende manter listado na recuperação judicial e qual seria o valor correspondente ao crédito extraconcursal**, o que impossibilita a correta verificação do crédito por esta Administração Judicial.

159. Diante do exposto, rejeita-se a divergência, de modo a manter o crédito tal como listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 3.154.446,91 (três milhões cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos).





### **III.2.p Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Brasília**

160. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Brasília, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 211.372,48 (duzentos e onze mil trezentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 282.108,64 (duzentos e oitenta e dois mil cento e oito reais e sessenta e quatro centavos), atualizado até 17 de janeiro de 2024.

161. Em anexo à divergência, apresentou seus documentos de representação, bem como o contrato de locação firmado com a Recuperanda Lilly Estética e respectivo aditamento, *Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações do Shopping Center Iguatemi Brasília*, minuta de acordo juntada em Ação de Despejo e planilha de débitos.

162. Contudo, não há elementos suficientes para verificação dos valores que compõe a planilha de débitos, eis que o credor não apresentou os boletos de cobrança, por exemplo, o que inviabiliza a análise de rubricas como *condomínio*.

163. Além disso, a atualização dos valores foi feita até 17 de janeiro de 2024, enquanto o marco final para tanto é o dia 18 de dezembro de 2023.

164. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas informaram que no dia 15 de dezembro de 2023 foi pago um valor de R\$ 245.601,75 ao credor, referente os meses de julho de 2023 a dezembro de 2023, ficando em aberto somente o valor R\$ 44.800,29, não havendo, todavia, documento que comprove a alegação.

165. Assim, diante da ausência de comprovação e correta atualização, nos termos do que preconiza o art. 9º da LRF, esta Administração Judicial rejeita a divergência, de modo que seja mantido o crédito R\$ 211.372,48 (duzentos e onze mil trezentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), na classe III (quirografários).





### III.2.q Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas

166. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 761.139,64 (setecentos e sessenta e um mil cento e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 1.239.331,34 (um milhão duzentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos), atualizado até 17 de janeiro de 2024.

167. Na instrução da divergência, apresentou seus documentos de representação, bem como o contrato de locação firmado com a Recuperanda Lilly Estética e respectivo aditamento, *Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações do Shopping Center Iguatemi Campinas*, minuta de acordo e petição informando o descumprimento juntadas em Ação de Despejo e planilha de débitos.

168. Contudo, não há elementos suficientes para verificação dos valores que compõe a planilha de débitos, eis que o credor não apresentou os boletos de cobrança, por exemplo, o que inviabiliza a análise de rubricas como *condomínio*.

169. Além disso, a atualização dos valores foi feita até 17 de janeiro de 2024, enquanto o marco final para tanto é o dia 18 de dezembro de 2023. Confira-se no excerto abaixo:

Data Atualização 17/01/2024  
NOME LOJISTA: LILLY ESTETICA  
RAZÃO SOCIAL: LILLY ESTÉTICA S/A  
CLIENTE: 3012592

Shopping: SCIC Iguatemi Campinas

Composição da dívida	Principal	CM IG-P-J/FGV	Juros 1% am	Multa 10%	Total
	901.895,92	9.095,78	30.478,46	91.305,96	1.032.776,11
Honorários de 20%					206.555,22
Honorários de sucumbência e outras custas					-
<b>Total Geral</b>					<b>1.239.331,34</b>

170. Na ocasião do contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas apenas aduziram que, quanto aos honorários advocatícios, são devidos a Gatto Martinussi e Pelissari Advogados, no valor de R\$ 41.438,02, e que o valor da dívida está de acordo com o seu controle.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 46  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)







171. Assim, considerando a concordância da devedora quanto ao valor da dívida, esta Administração Judicial acolhe parcialmente a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 1.032.776,11 (um milhão trinta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e onze centavos), na classe III (quirografários), em favor de Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas.

### **III.2.r Condomínio Pro Indiviso do Shopping Del Rey**

172. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Condomínio Pro Indiviso do Shopping Del Rey, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 275.873,90 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e noventa centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 318.489,30 (trezentos e dezoito mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

173. Em suas razões, afirma que seu crédito tem origem no *Instrumento Particular de Contrato de Locação e Outras Avenças de Loja de Uso Comercial do Shopping Del Rey* firmado com as Recuperandas, referente à Loja SDR03106 no espaço comercial do Shopping Del Rey.

174. Ressalta, quanto aos valores que aponta como devidos, que o contrato e as *Normas Gerais do Shopping* especificam a sanção cominada ao inadimplemento contratual, prevendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, a atualização de todas as quantias em débito, inclusive encargos de mora, de acordo com o IGP-DI/FGV, tomando-se como base os índices do mês anterior ao do vencimento dos aluguéis ou encargos inadimplidos e o índice do mês anterior ao de seu pagamento.

175. O Condomínio acrescenta que celebrou confissão de dívida com as Recuperandas nos autos de nº 5091204-28.2023.8.13.0024, na qual se acordou o pagamento de 05 (cinco) parcelas no valor de R\$ 30.151,62 (trinta mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), e que, contudo, ela também não foi quitada pelas Recuperandas.





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

176. Na instrução da divergência, apresentou o contrato de locação, *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos de Integrar a Estrutura Técnica do Shopping Del Rey*, relação de boletos de locação, normas gerais do shopping, confissões de dívida realizadas no âmbito do processo nº 5091204-28.2023.8.13.0024, além de planilha de débitos atualizada até 17 de janeiro de 2024.

177. Contudo, não foi possível correlacionar os valores das rubricas constantes da planilha de débitos com os boletos de locação, tampouco com a confissão de dívida, sendo certo que a referida planilha, para além de se tratar de documento de difícil inteligência, está atualizada até 17 de janeiro do ano corrente, enquanto o marco final de atualização dos créditos é o dia 18 de dezembro de 2023. Veja-se:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA										
ALLOS										
RAZÃO SOCIAL CLIENTE (Tudo)										
RAZÃO SOCIAL CLIENTE (Tudo)										
SHOPPING	LUC CLIENTE	NOME FANTASIA	DATA VENCIMENTO ORIGINAL	TIPO DE RECEITA	DATA COMPETÊNCIA	Valores				
						Valor Faturado	Juros	Multa	Correção M.	Saldo em aberto
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	ALUGUEL MINIMO	01/02/2023	5.488.00	571.42	547.69	0.00	5.488.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/03/2023	6.650.85	693.33	664.54	0.00	6.650.85
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/03/2023	198.30	20.44	19.59	0.00	198.30
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/03/2023	474.31	40.39	47.34	0.00	474.31
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/03/2023	722.14	75.19	72.07	0.00	722.14
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/03/2023	7.33	0.32	0.70	0.00	7.33
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/03/2023	6.32	0.66	0.63	0.00	6.32
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	ALUGUEL MINIMO	01/03/2023	5.664.75	598.35	578.77	40.49	5.664.75
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/03/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/03/2023	1.097.60	114.26	109.54	0.00	1.097.60
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/04/2023	6.711.10	625.61	676.16	30.66	6.711.10
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/04/2023	191.65	18.15	19.31	0.00	191.65
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/04/2023	474.31	44.92	47.79	0.00	474.31
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/04/2023	686.75	65.04	69.19	0.00	686.75
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/04/2023	7.33	0.74	0.79	0.00	7.33
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/04/2023	5.10	0.43	0.51	0.00	5.10
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/03/2023	41.33	3.91	4.16	0.00	41.33
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/04/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/04/2023	1.179.00	111.09	116.19	0.00	1.179.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	ALUGUEL MINIMO	01/04/2023	5.664.96	595.70	602.03	155.29	5.664.96
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/05/2023	6.711.11	578.66	688.08	177.70	6.711.11
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/05/2023	201.19	17.84	20.45	0.00	201.19
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/05/2023	474.33	40.90	48.69	0.00	474.33
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/05/2023	605.96	69.49	62.73	21.34	605.96
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/05/2023	7.33	0.60	0.00	0.00	7.33
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/05/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/05/2023	7.03	0.61	0.72	0.00	7.03
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/06/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/05/2023	1.179.00	101.41	91.06	1.179.00	1.179.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/06/2023	ALUGUEL MINIMO	01/06/2023	5.776.84	676.13	1.030.50	530.84	5.776.84
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/07/2023	11.592.17	770.11	1.322.17	629.52	11.592.17
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/07/2023	235.21	19.44	30.07	15.49	235.21
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/07/2023	790.25	75.06	83.35	42.93	790.25
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/07/2023	1.115.25	81.57	125.12	66.00	1.115.25
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/07/2023	13.05	0.23	1.00	0.00	13.05
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/07/2023	12.49	0.34	1.32	0.00	12.49
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/07/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/07/2023	1.955.00	131.23	206.12	106.17	1.955.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	ALUGUEL MINIMO	01/07/2023	9.774.84	250.39	1.031.90	544.04	9.774.84
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/08/2023	11.783.06	669.46	1.243.95	656.77	11.783.06
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/08/2023	234.05	19.21	34.77	13.00	234.05
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/08/2023	790.25	44.51	83.46	44.06	790.25
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/08/2023	1.155.70	65.25	122.34	64.59	1.155.70
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/08/2023	13.05	0.73	1.80	0.00	13.05
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/08/2023	17.66	0.99	1.66	0.00	17.66
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/08/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/08/2023	1.955.00	110.08	206.40	100.97	1.955.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/10/2023	10.26	0.63	1.91	0.00	10.26
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	ALUGUEL MINIMO	01/09/2023	12.837.09	449.40	1.343.62	599.19	12.837.09
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - AR CONDICIONADO	01/10/2023	330.21	13.41	40.63	19.12	330.21
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	PPP - COTA ORDINARIA	01/10/2023	2.567.42	50.60	240.72	119.23	2.567.42
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - DESPESAS COMUNS	01/10/2023	15.664.23	741.05	1.639.54	731.08	15.664.23
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - ENERGIA	01/10/2023	1.616.52	75.23	149.20	75.45	1.616.52
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - IPTU	01/10/2023	1.030.21	35.56	105.67	46.48	1.030.21
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/10/2023	CONDOMINIO - SEGURO	01/10/2023	17.15	0.59	1.00	0.00	17.15
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	20/10/2023	CORRECAO/ MULTA/ JUROS	01/10/2023	2.222.22	89.00	232.59	103.71	2.222.22
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/11/2023	CONDOMINIO - AGUA	01/11/2023	15.00	0.37	1.65	0.00	15.00
DEL REY	SOR03106	LILLY ESTETICA	10/11/2023	ALUGUEL MINIMO	01/10/2023	12.837.09	302.76	1.335.70	519.91	12.837.09

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 48  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 48



178. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas discordaram do pleito, sob o argumento de que o credor atualizou o crédito até data posterior a 18 de dezembro de 2023, bem como incluiu valores extraconcursais.

179. Ante o exposto, esta Administração Judicial rejeita a divergência, de modo que seja mantido o crédito tal como listado, isto é, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 275.873,90 (setecentos e sessenta e um mil cento e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

### **III.2.s Condomínio Franca Shopping Center**

180. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Condomínio Franca Shopping Center, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em favor de Pátio Uberlândia Shopping Ltda., isto é, R\$ 203.724,69 (duzentos e três mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 206.811,01 (duzentos e seis mil oitocentos e onze reais e um centavo).

181. O Requerente explica, inicialmente, que, por questões comércio-operacionais, realiza o faturamento através do Pátio Uberlândia Shopping Ltda., sendo certo que, por esta razão, o crédito que lhe pertence, cuja majoração ora se requer, consta na relação de credores em nome do Pátio Uberlândia.

182. Acrescenta, neste contexto, que, apesar de os contratos de locação firmados com as Recuperandas estarem em nome do Shopping Franca, os aluguéis são faturados, desde 2017, através do Pátio Uberlândia Shopping, pelo que não se opõe ao recebimento de seu crédito por meio do Pátio Uberlândia.

183. Em seguida, afirma que seu crédito tem origem no *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação de Espaço de Uso Comercial* do Franca Shopping Center e seus respectivos aditivos, referente à Loja 431/432, no espaço comercial do Franca Shopping Center.





184. O Condomínio aduz que o contrato de locação em questão foi celebrado após a celebração do *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos de Integrar a Estrutura Técnica do Franca Shopping Center*.

185. De acordo com o Requerente, o contrato e as *Normas Gerais do Shopping* especificam a sanção cominada ao inadimplemento contratual, prevendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, atualização de todas as quantias em débito, inclusive encargos de mora, de acordo com IGP-DI/FGV, tomando-se como base os índices do mês anterior ao do vencimento dos aluguéis ou encargos inadimplidos e o índice do mês anterior ao de seu pagamento.

186. Esclarece, outrossim, que foi firmado *Instrumento Particular de Confissão de Dívida ao Contrato Atípico de Locação de Espaço de Uso Comercial do Franca Shopping*, abarcando os seguintes valores:

- i Aluguel, com vencimento em novembro de 2022 e janeiro de 2023, no valor de R\$ 37.021,96 (trinta e sete mil, vinte e um reais e noventa e seis centavos);*
- ii Encargos comuns, com vencimento para fevereiro de 2023, no valor de R\$ 8.850,24 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos);*
- iii Fundo de Promoções, com vencimento para dezembro de 2022 e janeiro de 2023, no valor de R\$ 7.045,20 (sete mil, quarenta e cinco reais e vinte centavos).*

187. Em anexo à divergência, apresentou (i) declaração de faturamento; (ii) contrato de locação e aditivos; (iii) cessão de direitos para integrar a estrutura técnica do Franca Shopping Center; (iv) normas gerais do shopping; (v) confissão de dívida; (vi) planilha de débitos; e (vii) boletos de cobrança.

188. Contudo, da análise da documentação *supra*, atestou-se a impossibilidade de correlacionar os valores constantes dos boletos de cobrança, os valores da confissão de dívida, e os valores da planilha de débitos, esta última que, inclusive, não informa o marco final de atualização dos valores.





189. A título de exemplo, colaciona-se abaixo a planilha e o excerto da confissão de dívida onde consta a forma de pagamento, a fim de demonstrar a ausência de qualquer correlação:

Planilha:

LILLY LASER - VALORES RESCISÃO						
Competência	Aluguel Mínimo	Fundo de Promoção	Encargos Comuns	Específicos (Média de Valores)	Multa Rescisória	Total
jul-23	R\$ 11.068,17	R\$ 2.213,63	R\$ -	R\$ 297,96		R\$ 13.579,76
ago-23	R\$ 11.068,17	R\$ 2.213,63	R\$ 8.124,37	R\$ 430,25		R\$ 21.836,42
set-23	R\$ 25.424,65	R\$ 2.213,63	R\$ 8.124,37	R\$ 659,22		R\$ 36.421,87
out-23	R\$ 25.424,65	R\$ 2.213,63	R\$ 8.124,37	R\$ 412,13		R\$ 36.174,78
nov-23	R\$ 25.424,65	R\$ 2.213,63	R\$ 8.124,37	R\$ 668,91		R\$ 36.431,56
dez-23	R\$ 26.764,59	R\$ 14.155,49	R\$ 8.124,37	R\$ 316,75		R\$ 49.361,20
jan-24	R\$ 6.271,96	R\$ 1.254,39	R\$ 5.362,92	R\$ 116,14		R\$ 13.005,42
Total	R\$ 131.446,84	R\$ 26.478,03	R\$ 45.984,77	R\$ 2.901,36	R\$ -	R\$ 206.811,01

Confissão:

#### 4.1. FORMA DE PAGAMENTO:

O valor total do débito de **R\$52.917,40 (cinquenta e dois mil, novecentos e dezessete reais e quarenta centavos)**, será pago através de **04 (quatro)** parcelas, mensais e sucessivas, no valor de **R\$ 13.229,35 (treze mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos)** cada, vencendo-se a primeira no dia **15/03/2023** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

190. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas não exararam concordância com o pleito, oportunidade em que afirmaram, em síntese, que o cálculo apresentado está incorreto.

191. Nessa ordem de ideias, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 203.724,69 (duzentos e três mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos).





### III.2.t Consórcio Empreendedor do Shopping Tijuca

192. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Consórcio Empreendedor do Shopping Tijuca, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 677.274,72 (seiscentos e setenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 749.304,55 (setecentos e quarenta e nove mil trezentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

193. Em suas razões, aduz que seu crédito tem origem no *Instrumento Particular de Contrato de Locação e Outras Avenças de Loja de Uso Comercial do Shopping Center Tijuca*, referente à Loja STJ1014A, no espaço comercial do Shopping Tijuca, celebrado após o *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos de Integrar a Estrutura Técnica do Shopping Center Tijuca*.

194. O credor elucida que as *Normas Gerais* especificam a sanção cominada ao inadimplemento contratual, prevendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, atualização de todas as quantias em débito, inclusive encargos de mora, de acordo com o IGP-DI/FGV, tomando-se como base os índices do mês anterior ao do vencimento dos aluguéis ou encargos inadimplidos e o índice do mês anterior ao de seu pagamento.

195. Acrescenta que, para além dos descumprimentos contratuais, as Recuperandas não realizaram a quitação das taxas de cessão, em conformidade com o firmado no contrato de cessão.

196. Na instrução da divergência, o credor apresentou o contrato de locação e o contrato de cessão de direitos, as *normais gerais do shopping tijuca*, boletos de cobrança, bem como memória de cálculo atualizada até 17 de janeiro de 2024.

197. Como visto, a memória de cálculo foi atualizada até data posterior àquela definida por este r. Juízo como marco final de atualização dos créditos concursais, qual seja, 18 de dezembro de 2023, estando, portanto, incorreta.







198. A referida memória de cálculo, além disso, possui valores de confissão de dívida que não foi comprovada pelo Requerente. Confira-se:

STJ1014A	LILLY ESTETICA	05/02/2024 CONDOMINIO - AGUA	01/01/2024	365,87	36,59	0,00	2,48	404,94 VENCIDO
STJ1014A	LILLY ESTETICA	20/02/2024 CONFISSAO DE DIVIDA	18/08/2023	23.211,88	2.321,19	0,00	157,40	25.690,46 VENCIDO
STJ1014A	LILLY ESTETICA	20/03/2024 CONFISSAO DE DIVIDA	18/08/2023	23.211,88	2.321,19	0,00	157,40	25.690,46 VENCIDO
STJ1014A	LILLY ESTETICA	20/04/2024 CONFISSAO DE DIVIDA	18/08/2023	23.211,88	0,00	0,00	0,00	23.211,88 A VENCER
STJ1014A	LILLY ESTETICA	20/05/2024 CONFISSAO DE DIVIDA	18/08/2023	23.211,71	0,00	0,00	0,00	23.211,71 A VENCER
Total:								749.304,55

199. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, as Recuperandas discordaram do valor pleiteado, apontando a incorreta atualização até 17 de janeiro de 2024.

200. Assim, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 677.274,72 (seiscentos e setenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

### III.2.u Consórcio Shopping Center Iguatemi Esplanada

201. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Consórcio Shopping Center Iguatemi Esplanada, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 323.615,07 (trezentos e vinte e três mil seiscentos e quinze reais e sete centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 450.117,68 (quatrocentos e cinquenta mil cento e dezessete reais e sessenta e oito centavos), atualizado até 17 de janeiro de 2024.

202. O referido credor anexou à divergência o contrato de locação firmado com a Recuperanda Lilly Estética S/A, cuja razão social à época era Nicole Sarantopoulos Estética Ltda., onde verifica-se que o objeto é a Loja nº 183 no Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim-SP, bem como *Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações do Shopping Center Iguatemi Esplanada*, minuta de acordo juntada à Ação de Despejo nº 1002732-82.2023.8.26.0663, e memória de cálculo.







203. Ocorre que, para além de não ter sido possível conferir as rubricas constantes do cálculo – como os valores de condomínio – diante da não apresentação dos respectivos boletos, o referido cálculo foi equivocadamente atualizado até 17 de janeiro de 2024, enquanto o marco final de atualização dos créditos concursais é o dia 18 de dezembro de 2023, e contou com a inclusão da quantia de R\$ 100.273,82 (cem mil duzentos e setenta e três reais e oitenta e dois centavos) identificada como “confissão de dívida”, esta que carece de comprovação, considerando que o credor juntou apenas uma minuta.

204. Destaca-se, outrossim, que a planilha apresentada pelo credor contém rubricas de janeiro e fevereiro de 2024, não sendo possível atestar se são apenas datas de vencimento, ou se dizem respeito a crédito com fato gerador posterior a 18 de dezembro de 2023, e, portanto, extraconcursal.

205. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas se manifestaram pela manutenção da quantia listada.

206. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado, isto é, na classe III (quirografários), R\$ 323.615,07 (trezentos e vinte e três mil seiscentos e quinze reais e sete centavos).

### **III.2.v Consórcio Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto**

207. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Consórcio Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 360.898,36 (trezentos e sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 490.629,77 (quatrocentos e noventa mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos), atualizado até 17 de janeiro de 2024.





208. O referido credor anexou à divergência o contrato de locação firmado com a Recuperanda Lilly Estética S/A, cuja razão social à época era Nicole Sarantopoulos Estética, onde verifica-se que o objeto é a Loja nº 1.064 no Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto-SP, bem como o Regimento Interno do referido shopping, *Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto*, minuta de acordo juntada à Ação de Despejo nº1033638-41.2023.8.26.0506, e memória de cálculo.

209. Contudo, da análise dos documentos em questão, verifica-se que o cálculo foi equivocadamente atualizado até 17 de janeiro de 2024, enquanto o marco final de atualização dos créditos concursais é 18 de dezembro de 2023, além de constar, tão somente, valor relativo à confissão de dívida, que além de ter sido comprovada apenas com a juntada de uma minuta de acordo, sem homologação judicial, possui o exato valor listado em favor do credor, qual seja, R\$ 360.898,36 (trezentos e sessenta mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos).

210. Confira-se o cálculo referido:

Data Atualização	17/01/2024						
NOME LOJISTA:	LILLY ESTETICA	Shopping:	SCRIP	Iguatemi Ribeirão Preto			
RAZÃO SOCIAL	LILLY ESTÉTICA S/A						
CLIENTE	3012592						

Composição da dívida	Principal	CM RGP-M/FGV	Juros 1% an	Multa 10%	Total
Honorários de 20%	360.898,36	2.129,30	8.661,56	37.168,92	408.858,14
Honorários de sucumbência e outras custas					81.771,63
<b>Total Geral</b>					<b>490.629,77</b>

Nº Contrato	Vecto Boleto	Referencia	Principal	Correção Monetária	Juros	Multa	Total Atualizado
10000341	06/11/2023	Confissão de Dívida	360.898,36	2.129,30	8.661,56	37.168,92	408.858,14
	06/11/2023 Total		360.898,36	2.129,30	8.661,56	37.168,92	408.858,14
10000341 Total			360.898,36	2.129,30	8.661,56	37.168,92	408.858,14
<b>Total Geral</b>			360.898,36	2.129,30	8.661,56	37.168,92	408.858,14

211. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, as Recuperandas destacaram que o crédito foi atualizado até data posterior, e que o valor correto é de R\$ 405.653,30 (quatrocentos e cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).





212. Assim, esta Administração judicial acolhe parcialmente a divergência, para que o crédito em análise seja retificado para o valor de R\$ 405.653,30 (quatrocentos e cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), mantida a classe III (quirografários).

### **III.2.x Consórcio Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto**

213. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Consórcio Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 582.032,90 (quinhentos e oitenta e dois mil trinta e dois reais e noventa centavos), na classe III (quirografários), e afirma que deve ser retificado para R\$ 797.241,77 (setecentos e noventa e sete mil duzentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos), atualizado até 17 de janeiro de 2024.

214. Em anexo à divergência, o referido credor apresentou o contrato de locação firmado com a Recuperanda Lilly Estética S/A, cuja razão social à época era Nicole Sarantopoulos Estética, onde verifica-se que o objeto é a Loja nº 1.101 no Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto, em São José do Rio Preto-SP, bem como o *Instrumento Particular de Contrato de Co-Participação, Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações do Shopping Center Iguatemi São José do Rio Preto*, e memória de cálculo.

215. Da análise da documentação *supra*, depreende-se que o referido cálculo contém rubricas que não puderam ser conferidas, diante da ausência dos respectivos boletos – como, por exemplo, “condomínio” – e valores não comprovados, como o de R\$373.858,91 (trezentos e setenta e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), cuja referência é “confissão de dívida” – não foi apresentada nenhuma confissão de dívida – além da incorreta atualização até 17 de janeiro de 2024, enquanto, como exaustivamente elucidado, o marco final de atualização dos créditos concursais é o dia 18 de dezembro de 2023.

216. Confira-se o documento em questão:





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Data Atualização 17/01/2024  
NOME LOJISTA: LILLY ESTÉTICA  
RAZÃO SOCIAL LILLY ESTÉTICA S/A  
CLIENTE 3012592

Shopping: SCIRIOP Iguatemi São José do Rio Preto

Composição da dívida	Principal	CM IGP-M/FGV	Juros 1% am	Multa 10%	Total
	588.485,39	3.135,46	13.718,17	59.029,12	664.368,14
Honorários de 20%					132.873,63
Honorários de sucumbência e outras custas					-
<b>Total Geral</b>					<b>797.241,77</b>

Nr Contrato	Vecto Boleto	Referencia	Principal	Correção Monetária	Juros	Multa	Total Atualizado
94000037	25/07/2023	Revenda de Ponto	7.681,82	45,74	450,67	817,82	8.996,05
	25/07/2023 Total		7.681,82	45,74	450,67	817,82	8.996,05
	25/08/2023	Revenda de Ponto	7.681,82	101,78	371,29	815,49	8.970,38
	25/08/2023 Total		7.681,82	101,78	371,29	815,49	8.970,38
	25/09/2023	Revenda de Ponto	7.681,98	112,69	291,92	808,66	8.895,25
	25/09/2023 Total		7.681,98	112,69	291,92	808,66	8.895,25
94000037 Total			23.045,62	260,21	1.113,87	2.441,97	26.861,67
10000138	01/10/2023	Aluguel	20.712,76	226,38	745,66	2.168,48	23.853,28
		Condomínio	14.917,12	163,04	537,02	1.561,72	17.178,89
		Fundo de Promoção	4.142,55	45,28	149,13	433,70	4.770,65
	01/10/2023 Total		39.772,43	434,69	1.431,81	4.163,89	45.802,82
	01/11/2023	Aluguel	20.712,76	122,21	531,63	2.136,66	23.503,25
		Condomínio	14.939,70	88,14	383,45	1.541,13	16.952,43
		Fundo de Promoção	4.142,55	24,44	106,33	427,33	4.700,65
	01/11/2023 Total		39.795,01	234,79	1.021,41	4.105,12	45.156,33
	04/11/2023	Confissão de Dívida	373.858,91	2.205,77	9.221,85	38.528,65	423.815,18
	04/11/2023 Total		373.858,91	2.205,77	9.221,85	38.528,65	423.815,18
	01/12/2023	Aluguel	20.712,76	0,00	324,50	2.103,73	23.140,99
		Condomínio	15.024,26	0,00	235,38	1.525,96	16.785,60
		Fundo de Promoção	4.142,55	0,00	64,90	420,74	4.628,19
	01/12/2023 Total		39.879,57	0,00	624,78	4.050,43	44.554,78
	01/01/2024	Aluguel	41.425,52	0,00	220,94	4.164,65	45.811,10
		Condomínio	7.375,36	0,00	39,34	741,47	8.156,16
		Fundo de Promoção	8.285,10	0,00	44,19	832,93	9.162,22
	01/01/2024 Total		57.085,98	0,00	304,46	5.739,04	63.129,48
	01/02/2024	Aluguel	11.345,99	0,00	0,00	0,00	11.345,99
		Condomínio	1.432,68	0,00	0,00	0,00	1.432,68
		Fundo de Promoção	2.269,20	0,00	0,00	0,00	2.269,20
	01/02/2024 Total		15.047,87	0,00	0,00	0,00	15.047,87
10000138 Total			565.439,77	2.875,25	12.604,30	56.587,15	637.506,47
Total Geral			588.485,39	3.135,46	13.718,17	59.029,12	664.368,14

217. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, via e-mail, manifestaram-se pelo não acolhimento do pleito.

218. Assim, diante do não atendimento ao que determina o art. 9º da LRF, esta Administração Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 582.032,90 (quinhentos e oitenta e dois mil trinta e dois reais e noventa centavos).

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 57  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 57



### III.2.y Rio Design Leblon Shopping Center

219. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Rio Design Leblon Shopping Center, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 264.790,25 (duzentos e sessenta e quatro mil setecentos e noventa reais e vinte e cinco centavos), na classe III (quirografários), e requer a majoração para o valor de R\$ 550.819,60 (quinhentos e cinquenta mil oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos).

220. Em suas razões, afirma que seu crédito tem origem no *Instrumento Particular de Contrato de Locação e Outras Avenças de Espaço Comercial no Rio Design Leblon* firmado com as Recuperandas, referente aos espaços comerciais nº 312-313 no Rio Design Leblon Shopping Center, e que um novo contrato foi firmado, ajustando-se também a locação do espaço comercial nº 301-A, contíguo aos espaços 312-313.

221. Destaca que, não tendo ocorrido a inauguração no prazo previsto contratualmente, as Recuperandas optaram pela devolução do espaço comercial nº 301-A e pela manutenção da relação locatícia referente aos espaços 312/313, conforme se atesta do *Instrumento Particular de Rescisão Parcial e Aditamento de Contrato de Locação Não Residencial*, firmado em 22 de julho de 2022, onde, pela falta de aviso prévio à rescisão, foi ajustada a substituição da multa pactuada pelo valor de um aluguel mínimo.

222. O credor acrescenta que, considerando a dificuldade das Recuperandas em honrar os compromissos firmados, foram celebrados dois instrumentos de confissão de dívida, sendo que o segundo estabeleceu que o pagamento do débito total em aberto (R\$ 550.819,60) dar-se-ia na forma do PRJ apresentado nestes autos.

223. Na instrução da divergência, foi apresentado o contrato de locação e aditivo respectivo, o aditamento e rescisão parcial supracitados, as normas gerais do shopping, os instrumentos de confissão de dívida, além de boletos de cobrança e planilha de débitos.





224. Na ocasião do contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas concordaram parcialmente com o pleito, sob o argumento de que o crédito é parcialmente extraconcursal, entendendo que deve constar em favor do credor a quantia de R\$390.388,46 (trezentos e noventa mil trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

225. Nada obstante, após análise dos documentos apresentados pelo credor, verificou-se que, de fato, na ultima confissão de dívida, celebrada em 22 de março de 2024, restou convencionado que o valor de R\$ 550.819,60 deve ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial.

226. Confira-se nos parágrafos primeiro e segundo:

**Parágrafo Primeiro** - A despeito da celebração de transação para pagamento do débito parceladamente, o pagamento não ocorreu na forma convencionada e a **LILLY** ainda deixou de honrar com o pagamento dos aluguéis e encargos que se venceram a partir de 10/10/2023, resultando num débito, atualizado nesta data, de **R\$ 550.819,60** (quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos), importância da qual **LILLY** e os **FIADORES** reconhecem como correta e devida e se declaram solidariamente devedores.

**Parágrafo Segundo** – Fica desde já convencionado entre as partes que a aludida importância será paga consoante Plano de Recuperação Judicial na forma e caso venha a ser aprovado pelos Credores, na forma da lei, nos autos do procedimento de recuperação judicial, proposto pela **LILLY**, em tramite no DD Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – Processo nº 0965017-47.2023.8.19.0001, renunciando a **RDL** a executar eventuais diferenças decorrente de deságio que venha a ser concedido pelos credores no aludido Plano de Recuperação Judicial e homologado judicialmente. Caso a Recuperação Judicial venha a ser extinta sem aprovação do plano e sem decretação da falência da **LILLY**, o montante ora referido será devido para pagamento integral, em uma única parcela com vencimento no prazo de 10 (dez) dias a contar do trânsito em julgado da sentença de extinção da recuperação.

227. Diante do exposto, estando comprovada a quantia indicada pelo credor, acolhe-se a divergência, para o fim de majorar o crédito para o valor de R\$ 550.819,60 (quinhentos e cinquenta mil oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos), mantida a classe III (quirografários).





## II.2.z Rio Design Barra Shopping Center

228. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Rio Design Barra Shopping Center, através de *e-mail*, na qual manifesta discordância ao valor do crédito listado em seu favor, isto é, R\$ 353.068,91 (trezentos e cinquenta e três mil sessenta e oito reais e noventa e um centavos), na classe III (quirografários), e requer a retificação para o valor de R\$ 401.520,05 (quatrocentos e um mil quinhentos e vinte reais e cinco centavos).

229. Em suas razões, afirma que seu crédito decorre de aluguéis e encargos vencidos e não pagos relativos à locação do Espaço Comercial nº 204C, no Shopping Rio Design Barra, situado na Avenida das Américas nº 7777, Barra da Tijuca.

230. Em anexo à divergência, apresenta o contrato de Locação firmado em 08 de dezembro de 2021, respectivo aditamento firmado em 08 de dezembro de 2022, *Instrumento de Transação, Confissão de dívida e outros pactos* firmado em 16 agosto de 2023 e planilha de débitos.

231. Esclareceu, ainda, que, em virtude do pagamento de uma parcela da confissão de dívida, foram abatidas despesas anteriormente integrantes no boleto vencido em 05 de junho de 2023, constando em aberto no referido boleto apenas os valores relativos à contribuição para o *Fundo de Promoções Coletivas* e ao aluguel mensal mínimo.

232. O referido credor ressalta que, considerando que as demais parcelas ajustadas no aludido instrumento de confissão não foram pagas, restam devidos os valores integrais dos boletos vencidos em 05 de julho e 05 de agosto de 2023, na forma discriminada na planilha de débitos.

233. Contudo, diante da não apresentação dos boletos de locação, não foi possível confirmar as rubricas constantes da planilha de débitos, em que pese os valores estejam corretamente atualizados até 18 de dezembro de 2023.

234. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas discordaram do pleito.







235. Assim, considerando a ausência de elementos suficientes, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito tal como listado, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 353.068,91 (trezentos e cinquenta e três mil sessenta e oito reais e noventa e um centavos).

### **III.2.a.x R Martins Planejamentos Financeiros Ltda.**

236. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por R. Martins Planejamentos Financeiros Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual requer a inclusão do crédito no valor de R\$ 22.533,33 (vinte e dois mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) em seu favor, classificado como extraconcursal.

237. A Requerente afirma que seu crédito tem origem na prestação de serviço de planejamento financeiro à Recuperanda Lilly Estética, contratado no dia 09 de janeiro de 2024, e realizado entre os meses de janeiro a março do ano corrente.

238. Com base nos documentos que instruíram a habilitação, verifica-se que o crédito em questão é decorrente de serviço prestado após 18 de dezembro de 2023, marco final de submissão dos créditos à presente recuperação judicial, sendo, portanto, *extraconcursal*, valendo destacar que só deverão ser objeto de habilitação os créditos *concurrais*.

239. Em sede de contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas opinaram pela rejeição da habilitação, considerando se tratar de crédito manifestamente extraconcursal, conforme exposto pela própria Habilitante.

240. Diante do exposto, rejeita-se a habilitação, nos termos do art. 49 da LRF.

### **III.2.a.xx Banco Santander (Brasil) S.A.**

241. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., através de *e-mail*, por meio da qual afirma que o crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.823.506,66 (quatro milhões oitocentos e vinte e três mil quinhentos e seis reais e sessenta e seis centavos), é parcialmente extraconcursal, eis que garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios.





242. Em suas razões, afirma que seu crédito é oriundo de 03 Cédulas de Crédito Bancário, conforme *print* abaixo:

Operação	Valor	Doc.
0782000016110300170 (Capital de Giro)	R\$1.500.00,00	1
0782000015150300170 (Capital de Giro)	R\$1.100.000,00	2
0782000020700300424	R\$3.183.018,97	3

243. Aduz que os três contratos foram aditados, oportunidade em que a Recuperanda cedeu fiduciariamente direitos creditórios em garantia. Confira-se:

- (i) Na CCB nº 0782000016110300170 (doc. 1), foi ajustada a cessão fiduciária de **30% da dívida** dos recebíveis de cartão de crédito:

6. Garantia(s): CARTAO A PERFOR	6.1. Proporção da garantia 30 %
------------------------------------	------------------------------------

- (ii) Na CCB nº 0782000015150300170 (doc. 2), a cessão fiduciária era de **50% da dívida** dos recebíveis de cartão de crédito:

6. Garantia(s): CARTAO A PERFOR	6.1. Proporção da garantia 550.000 50 %
------------------------------------	--

- (iii) E por fim, a CCB nº 0782000020700300424 (doc. 3) estava garantida **30% da dívida** com os recebíveis de cartão de crédito:

6. Garantia(s): CART CNPJ RAIZ	6.1. Valor R\$0,00	Proporção da Garantia:	30 %
-----------------------------------	--------------------	------------------------	------

244. Assim, o Banco Santander afirma que, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, parte do seu crédito deve ser excluído da presente recuperação judicial, indicando o valor de R\$ 2.739.479,26 (dois milhões setecentos e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos) como concursal, e o valor de R\$1.254.827,37 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos) como extraconcursal:





Operação	Classificação	Valor atualizado	Extraconcursal	Classe III
078200001611 0300170	70% Classe III e 30% extraconcursal	R\$535.400,13 (Doc. 4)	R\$160.620,03	R\$374.780,09
078200001515 0300170	50% Classe III e 50% extraconcursal	R\$282.676,94 (Doc. 5)	R\$141.338,47	R\$141.338,47
078200002070 0300424	70% Classe III e 30% extraconcursal	R\$3.176.229,57 (Doc. 6)	R\$952.868,87	R\$2.223.360,70
<b>Total:</b>			<b>Total:</b> R\$1.254.827,37	<b>Total:</b> R\$2.739.479,26

245. Na instrução da divergência, a instituição financeira apresentou as operações sobreditas, os respectivos instrumentos de cessão fiduciária, além de planilhas de débitos.

246. Nas referidas planilhas, verifica-se que as parcelas anteriores à 14 de dezembro de 2023, data do pedido de tutela cautelar que antecedeu à presente recuperação judicial, se encontram liquidadas, e que as demais venceram antecipadamente.

247. Porém, a despeito da apresentação da documentação *supra*, como amplamente exposto na ocasião das premissas objetivas adotadas por este Administrador Judicial na análise das habilitações e divergências, os recebíveis em questão são essenciais ao soerguimento das empresas em recuperação, sendo certo que a sua retirada para a quitação de um único credor poderá impactar na fragilização de todo o projeto de soerguimento, o que não se deve permitir.

248. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, manifestaram entendimento de que inexistente garantia fiduciária a justificar a extraconcursalidade do crédito, devendo ser mantido na relação de credores.

249. Nesse sentido, expuseram que, para que a garantia se constitua em cessão fiduciária, é necessário que a propriedade da conta vinculada, bem como todas as despesas, tributos e encargos referentes à sua manutenção, seja do credor fiduciário. Caso contrário, entendem que os recebíveis permanecem em conta de titularidade das Recuperandas, descaracterizando a existência de propriedade fiduciária pelo credor e constituindo-se em uma mera garantia em conta vinculada, cujo crédito respectivo se sujeita à recuperação judicial e possui natureza quirografária.





250. As Recuperandas salientam que se trata de uma conta corrente, detida em posse e propriedade do cliente-devedor, na qual o Banco, mediante instrumento que se equipara a uma procuração, é ente autorizado a efetuar movimentações.

251. Assentam, ainda, a necessidade de que os créditos tenham sido performados até a data da recuperação judicial, uma vez que, na hipótese de créditos futuros e incertos, entende-se que não foi aperfeiçoada a garantia fiduciária, razão pela qual o crédito se submete aos efeitos da recuperação judicial.

252. Assim sendo, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito do Banco Santander (Brasil) S.A. listado na presente recuperação judicial, ajustando-se, tão somente, o valor, para que passe a constar o total indicado pelo credor, isto é, R\$3.994.306,63 (três milhões novecentos e noventa e quatro mil trezentos e seis reais e sessenta e três centavos), mantida a classe III (quirografários).

### **III.2.a.xxx Banco Pine S.A.**

253. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Pine S.A., através de correio eletrônico, por meio da qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 874.927,10 (oitocentos e setenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e dez centavos), afirmando que, na verdade, trata-se de crédito extraconcursal, e que o valor correto corresponde a R\$1.199.818,62 (um milhão cento e noventa e nove mil oitocentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos).

254. O Banco Pine aduz que foi proferida decisão nos presentes autos reconhecendo a extraconcursalidade do seu crédito (Id. 100209666), que restou mantida, neste ponto, em Id. 106069857.

255. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via *e-mail*, as Recuperandas informaram que a submissão ou não do crédito do Banco Pine à presente recuperação judicial está sendo discutido nos Agravos de Instrumento nº0012279-76.2024.8.19.0000 e nº 0023174-96.2024.8.19.0000.





256. As Recuperandas declararam, outrossim, que os contratos firmados com a instituição financeira não preenchem os requisitos da Lei 10.931/2004, a fim de que as garantias existentes sejam consideradas fiduciárias, bem como que o credor optou por buscar a satisfação do seu crédito pela via judicial e reconhece a inexistência de direitos creditórios na conta bancária das Recuperandas, descaracteriza-se a propriedade fiduciária.

257. Da análise do Agravo de Instrumento de nº 0023174-96.2024.8.19.0000, interposto pelas Recuperandas, verifica-se que nele há, fato, pedido de modificação da decisão que declarou a extraconcursabilidade do crédito do Banco Pine. Verificou-se, também, que o referido recurso ainda pende de julgamento, sendo, portanto, açodada a exclusão do crédito antes do deslinde da questão na 2ª instância, a redundar na sua manutenção – ao menos por ora – no concurso de credores.

258. Nessa linha, este Administrador Judicial rejeita a divergência, mantendo-se o crédito do Banco Pine S.A. tal como listado do concurso de credores, isto é, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 874.927,10 (oitocentos e setenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e dez centavos), a fim de que se aguarde o desenlace do recurso nº 0023174-96.2024.8.19.0000.

### **III.2.a.xxxx Multiplan Arrecadadora Ltda. e Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.**

259. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Multiplan Arrecadadora Ltda. e Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A., por meio de correio eletrônico, na qual requerem a majoração do crédito listado em favor daquela primeira na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.538.430,43 (quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e trinta reais e quarenta e três centavos), para que passe a constar o valor de R\$ 4.697.752,43 (quatro milhões seiscentos e noventa e sete mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), em favor desta última.

260. Em suas razões, elucidam que o referido crédito diz respeito a 08 contratos de locação distintos, os quais tiveram por objeto a locação de lojas “Lilly Estética” situadas nos seguintes shoppings do Grupo Multiplan: BarraShopping, JundiaíShopping, BH Shopping, Diamond Mall, Shopping ParkJacarepaguá, ParkShopping Brasília, Shopping Pátio Savassi e Ribeirão Shopping.





261. Esclarecem, ainda, que, a despeito de ter sido listada como titular dos créditos, a Multiplan Arrecadadora é responsável apenas pela arrecadação e posterior repasse interno do aluguel e dos encargos locatícios, mediante a emissão dos boletos que são enviados aos locatários para pagamento, bem como que os verdadeiros titulares dos créditos são os empreendedores dos respectivos shoppings.

262. Acrescentam que a Multiplan Empreendimentos Imobiliários figura como Locadora em todos os referidos contratos, ora em conjunto com outros empreendedores, ora como única locadora, e que, para fins de recebimento dos valores, deverá figurar como única credora.

263. Na sequência, passam a detalhar os créditos oriundos de cada um dos contratos de locação com o **(i)** JundiaíShopping, **(ii)** BH Shopping **(iii)** Diamond Mall, **(iv)** Shopping ParkJacarepaguá, **(v)** ParkShopping Brasília, **(vi)** Shopping Pátio Savassi, **(vii)** Ribeirão Shopping, e **(viii)** BarraShopping

264. Para melhor ilustrar o crédito de cada *shopping*, apresentaram a seguinte tabela:

JundiaíShopping	R\$ 555.344,48
BH Shopping	R\$ 494.506,16
Diamond Mall	R\$ 842.060,84
ParkJacarepaguá	R\$ 398.597,04
ParkShopping Brasília	R\$ 494.750,68
Pátio Savassi	R\$ 514.228,24
Ribeirão Shopping	R\$ 457.263,75
BarraShopping	R\$ 941.001,24
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 4.697.752,43</b>

265. Em anexo à divergência, foram apresentados os contratos de locação, as normas gerais dos *shoppings*, boletos de cobrança e planilhas de débito atualizadas até 18 de dezembro de 2023, em atendimento, portanto, ao que determina o art. 9º, II e III, da LRF.

266. As Recuperandas, em contraditório administrativo, discordaram do pedido feito, haja vista que, ao analisar os cálculos apresentados pela credora, não pôde constatar qual teria sido o índice de atualização monetária utilizado, de modo que não há como se afirmar se foi observada a atualização prevista no respectivo contrato.







267. Além disso, declaram que também não há qualquer indicação a respeito do termo inicial dos juros e da correção monetária, de forma que não há como afirmar se as parcelas foram corretamente atualizadas.

268. Da análise dos documentos apresentados na instrução da divergência, foi possível verificar a necessidade de alteração da titularidade do crédito, considerando que a Multiplan Arrecadadora Ltda. consta nos contratos apenas como responsável pela arrecadação das verbas locatícias, como se atesta do excerto abaixo, extraído do contrato de locação do BH Shopping:

**1.1 LOCADORA:**

**MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Avenida das Américas n.º 4.200, bloco 2, salas 101 a 104, 112 a 116, 401 a 416 e 501 e bloco 9, Ala B, salas 212 a 216 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 07.816.890/0001-53, por seus representantes ao final firmados.

17.3 A arrecadação das "verbas locatícias", sejam elas aluguel, encargos, contribuição para o fundo de promoção e todas as outras receitas decorrentes da exploração e comercialização de espaços comerciais do "BH SHOPPING", incluídos os acréscimos contratuais, se aplicáveis, será feita pela Multiplan Arrecadadora Ltda., sociedade com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas n.º 4.200, bloco 2, sala 501 (parte) - Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 14.551.970/0001-90, através de boleto bancário - nota de débito/recibo do sacado.

269. Foi possível verificar, também, que as planilhas de débitos, apesar de corretamente atualizadas até 18 de dezembro de 2023, não identificaram o *índice de correção monetária, a multa e os juros aplicados*, carecendo de elementos necessários à compreensão de como o montante final foi alcançado. Veja-se no exemplo abaixo:

JundiaíShopping

Multiplan

POSIÇÃO DE DÉBITO - LILLY ESTÉTICA

88

Multiplan

BOLETO VENCIMENTO							05/11/2023
VERBAS	COMPETÊNCIA	PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL	
ALUGUEL MÍNIMO	10/2023	17.870,90	89,95	1.796,09	257,44	20.014,38	
FUNDO DE PROMOÇÃO	10/2023	14.384,17	72,40	1.445,66	207,21	16.109,44	
ENERGIA ELÉTRICA	10/2023	1.030,68	5,19	103,59	14,85	1.154,30	
ÁGUA E ESGOTO	10/2023	331,43	1,67	33,31	4,77	371,18	
ENCARGO COMUM	11/2023	17.639,12	88,79	1.772,79	254,10	19.754,80	
AR CONDICIONADO	11/2023	2.074,27	10,44	208,47	29,88	2.322,06	
TOTAL		53.339,67	268,44	5.359,90	748,25	59.727,17	
DÉBITO ACORDO CONFISSÃO DE DÍVIDA (NÃO CUMPRIDO)							17/11/2023
VERBAS	COMPETÊNCIA	PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL	
ALUGUEL MÍNIMO	11/2023	118.624,10	597,10	11.822,12	1.231,95	132.375,28	
FUNDO DE PROMOÇÃO	11/2023	98.609,41	496,36	9.810,58	1.024,09	110.040,44	
ENERGIA ELÉTRICA	11/2023	4.444,78	22,37	446,72	46,16	4.960,03	
ÁGUA E ESGOTO	11/2023	1.999,17	10,06	200,92	20,76	2.230,92	
ENCARGO COMUM	11/2023	118.952,28	598,75	11.855,10	1.236,36	132.741,90	
AR CONDICIONADO	11/2023	8.414,31	47,39	848,17	87,77	10.505,64	
IPTU	11/2023	6.156,65	30,99	618,76	63,94	6.870,34	
TOTAL		358.200,70	1.803,63	36.600,37	3.720,94	399.724,14	
BOLETO VENCIMENTO							05/12/2023
VERBAS	COMPETÊNCIA	PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL	
ALUGUEL MÍNIMO	11/2023	17.870,90	-	1.797,09	184,87	19.842,86	
FUNDO DE PROMOÇÃO	11/2023	28.758,34	-	2.876,83	297,27	31.942,45	
ENERGIA ELÉTRICA	11/2023	1.085,89	-	108,59	11,22	1.205,70	
ÁGUA E ESGOTO	11/2023	305,71	-	30,57	3,16	339,44	
ENCARGO COMUM - ATÉ 18/12	12/2023	10.242,07	-	1.024,21	105,83	11.372,11	
AR CONDICIONADO - ATÉ 18/12	12/2023	1.172,62	-	117,26	12,12	1.302,00	
TOTAL		59.445,83	-	5.944,55	514,27	66.004,36	
BOLETO VENCIMENTO							05/01/2024
VERBAS	COMPETÊNCIA	PRINCIPAL	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	MULTA	JUROS	TOTAL	
ALUGUEL MÍNIMO - ATÉ 18/12	12/2023	20.753,30	-	-	-	20.753,30	
FUNDO DE PROMOÇÃO - ATÉ 18/12	12/2023	8.262,10	-	-	-	8.262,10	
ENERGIA ELÉTRICA - ATÉ 18/12	12/2023	654,02	-	-	-	654,02	
ÁGUA E ESGOTO - ATÉ 18/12	12/2023	229,40	-	-	-	229,40	
TOTAL		29.898,82	-	-	-	29.898,82	

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 67  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)







**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

VERBAS	PRINCIPAL	RESUMO DO DÉBITO			JUROS	TOTAL
		ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	MULTA			
ALUGUEL MÍNIMO	175.119,20	687,06	15.505,30		1.674,06	192.985,61
FUNDO DE PROMOÇÃO	150.114,02	565,76	14.233,07		1.528,56	166.444,42
ENERGIA ELÉTRICA	7.115,37	27,56	658,89		72,23	7.874,05
ÁGUA E ESGOTO	2.855,71	11,73	354,82		28,70	3.170,94
ENCARGO COMUM	148.833,47	687,54	14.752,33		1.599,29	165.892,41
AR CONDICIONADO	12.661,20	57,83	1.271,90		139,77	14.130,70
IPPU	6.156,65	30,99	618,76		63,94	6.875,34
<b>TOTAL</b>	<b>600.855,62</b>	<b>2.971,47</b>	<b>47.304,83</b>		<b>5.192,56</b>	<b>655.344,48</b>

270. Ante o exposto, acolhe-se parcialmente a divergência, para que o crédito em análise seja mantido no valor de R\$ 4.538.430,43 (quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e trinta reais e quarenta e três centavos), na classe III (quirografários), alterando-se a titularidade para Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.

#### IV. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

271. Como se verifica da lista apresentada pelas Recuperandas em Ids.111432844 e 111432845, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total somado sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$85.466.729,97 (oitenta e cinco milhões quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos), com a seguinte composição: (A) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$ 968.910,17 (novecentos e sessenta e oito mil novecentos e dez reais e dezessete centavos); (B) classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$ 84.264.971,43 (oitenta e quatro milhões duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos); e, (C) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$232.848,37 (duzentos e trinta e dois mil oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos).

272. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores, amparadas na respectiva documentação comprobatória, constata-se que houve um decréscimo no passivo concursal total, decorrente da exclusão da quantia de R\$ 125.119,52 (cento e vinte e cinco mil cento e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), totalizando o montante de R\$ 85.341.610,45 (oitenta e cinco milhões trezentos e quarenta e um mil seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), conforme Relação de Credores que segue abaixo.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 68  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br






**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS


273. Ante a todo o exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar à serventia que faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.


274. Por oportuno, as Recuperandas promoveram, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos em Id.111432834, motivo pelo qual se requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art.55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.


Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2024.

  
**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**JULIO MATUCH DE CARVALHO**  
Administrador Judicial  
OAB/RJ 98.885

  
**MURILO MATUCH DE CARVALHO**  
OAB/RJ 137.860

  
**JOHAN TRINDADE**  
OAB/RJ 228.748

  
**MICHELLE S. SAMPAIO**  
OAB/RJ 201.825

  
**MATHEUS C. MENDONÇA**  
OAB/RJ 239.252





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**LILLY ESTÉTICA S/A e LILLY MED LTDA.**

<b>TOTAL DE CRÉDITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>	<b>R\$ 85.341.610,45</b>
<b>TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTAS)</b>	<b>R\$ 978.569,12</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 110.671,02
ANDRESSA M JACOMINI BASSI	R\$ 6.546,49
BRASIL SALOMÃO & MATTHES ADVOCACIA	R\$ 14.518,63
CAPUTO BASTOS E SERRA ADVOGADOS	R\$ 3.348,73
CARLA CRISTINA PANOSSO FONSECA DOS SANTOS	R\$ 12.163,12
CARLOS VINICIUS FIGUEIREDO PEREIRA	R\$ 4.249,68
CRISTIANE LUCIA VIANA	R\$ 11.000,00
DAIANE BICALHO DA CRUZ TAVARES	R\$ 1.492,56
DANIELA DOS SANTOS SOUZA	R\$ 1.792,03
DAYANE DE SOUZA PERES	R\$ 2.441,56
ELIANA APARECIDA VERNEQUE	R\$ 4.148,85
ESPECIALISTA EM RESULTADO SERVICOS DE COBRANCAS LTDA	R\$ 25.531,88
FABIO THOMPSON LIMA DE CASTRO	R\$ 8.312,15
FLAVIA APRIGIO	R\$ 7.184,62
FLAVIO PEREIRA GOMES RAIMUNDI	R\$ 12.909,40
GABRIELLA DE OLIVEIRA CAMPOS	R\$ 305,25
GATTO, MARTINUSSI E PELISSARI ADVOGADOS	R\$ 118.710,19
GIOVANNA CATHARINA COMODO RIBEIRO	R\$ 6.617,03
GOULART & COLEPICOLO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 335.132,89
GUSTAVO PADILHA ADVOGADOS	R\$ 56.872,24
GUSTAVO PADILHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 12.060,65
INYS LIANA DA COSTA BARRETO BORGES	R\$ 2.627,55
ISAC SANTOS DA SILVA	R\$ 6.937,96
ISADORA CAROLINA A FERDINANDO	R\$ 5.760,90
JOSEANE SOARES DA SILVA	R\$ 7.879,48
LOBO E LIRA ADVOGADOS	R\$ 64.011,73
MARIANA FELIX RIBEIRO DE JESUS	R\$ 5.370,36
MILENA LESLIE VIGATTO BORGES	R\$ 5.117,63
MIRANDA LIMA ADVOGADOS	R\$ 34.318,87
PEDRO HENRIQUE M PIMENTEL AQUINO	R\$ 12.225,87
PRISCILA MARA DE FARIA LIMA	R\$ 4.341,05
QUETILIN DA SILVA COSTA	R\$ 10.925,87
RACHEL DONEGA JOSE	R\$ 29.691,74
TADEU FRANCISCO ESTEVES DE CASTRO MONTE	R\$ 10.570,62

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 70  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 70



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TAINA TAMIRES DE LIMA OLIVEIRA DOS ANJOS	R\$ 14.943,87
THAIS NOGUEIRA DE SOUZA ANTELO	R\$ 4.855,01
VALERIA XIMENES FEIJAO	R\$ 2.981,64
<b>TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)</b>	<b>R\$ 84.130.192,96</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
99 TECNOLOGIA LTDA	R\$ 5.126,55
ADRIELY OHIRA	R\$ 449,70
AGDA ROBERTA DINIZ BERING	R\$ 629,40
AHGORA HCM	R\$ 2.906,16
ALCIKELLE LIMA DE ARAÚJO PESSÔA	R\$ 220,90
ALDA CRISTINA COMES	R\$ 527,52
ALESSANDRA SOARES DE OLIVEIRA	R\$ 1.918,80
ALEXANDRA BROWN	R\$ 439,60
ALGAR MULTIMIDIA S/A	R\$ 109.786,02
ALINE BARBOSA DE CARVALHO	R\$ 959,20
ALINE DANIELA JACYNTHO	R\$ 485,00
ALINY DE OLIVEIRA	R\$ 832,50
ALLANA CRISTINA CORTEZ COSTA DE PAULA	R\$ 1.438,80
ALTEVO CARLOS DE SÁ VOLOTÃO	R\$ 71,92
ALTO TIETE AMBIENTAL LTDA	R\$ 521,01
AMANDA CABRAL DE BONIS	R\$ 599,60
AMANDA A DOS SANTOS AVEIRO BISPO	R\$ 1.438,40
AMANDA BEZERRA SOUZA	R\$ 1.599,00
AMANDA NUNES PORTELA	R\$ 3.186,37
AMANDA PONTES	R\$ 505,12
AMANDA RIBEIRO	R\$ 779,40
AMANDA RIBEIRO GOMES	R\$ 329,90
AMANDA SANT IZABEL RIBEIRO	R\$ 1.079,04
AMERICA NET LTDA	R\$ 599,80
AMERICANAS S.A.	R\$ 346,75
ANA CAROLINA SOUSA DE LIMA	R\$ 519,60
ANA BRAZ	R\$ 129,90
ANA CAROLINA BARROS	R\$ 3.717,60
ANA CAROLINA CARVALHO MARINHO	R\$ 279,80
ANA CAROLINA TORII GERMANO BRAGA	R\$ 3.158,10
ANA CLARA GARCIA SANTANA	R\$ 959,20
ANA CRISTINA NUNES DE GUSMAO	R\$ 360,82
ANA ELISA GONÇALVES GOMES DO SANTOS	R\$ 239,80
ANA HELENA CROISFELTS MOURA	R\$ 1.438,80
ANA LUIZA DIAS VIEIRA	R\$ 399,60
ANA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	R\$ 591,36
ANA PAULA DA COSTA MACEDO	R\$ 3.014,76

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 71  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 71



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ANA PAULA DE SOUZA SANTOS	R\$ 1.438,80
ANDERSON FARIA ALMEIDA	R\$ 199,80
ANDERSON PERROTE LAINO	R\$ 477,15
ANDRÉ LUIZ DE ALVARENGA	R\$ 516,10
ANDREA LOFGREN	R\$ 1.918,80
ANDREA LOSANO COZZUBO	R\$ 1.325,60
ANDREIA MARINHO	R\$ 519,60
ANDREIA CRISTINA SILVA DO CARMO	R\$ 1.798,80
ANDREIA PADUA	R\$ 779,40
ANDRESSA MONTEIRO SILVA	R\$ 815,04
ANDRESSA SALIBA	R\$ 823,88
ANGELICA APARECIDA DIAS DE OLIVEIRA	R\$ 287,82
ANGELICA MARIA ESPINDOLA	R\$ 999,21
ANGELINA MARIA OLIVEIRA DOS REIS	R\$ 137,96
ANNA MARINA VALENTE CARDOSO	R\$ 719,28
ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A	R\$ 81.214,84
ARAUJO EXPRESS ENTREGAS RAPIDAS LTDA	R\$ 1.120,00
ARTHIMIS BRYAN FAGANELO	R\$ 2.399,00
ASSOCIACAO DOS LOJISTAS DO MINAS SHOPPING ALMS	R\$ 120,00
AUTODOC PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	R\$ 2.288,79
AXA SEGUROS S.A.	R\$ 12.862,68
BANANAS MUSIC BRANDING PRODUCAO E CURADORIA MUSICAL, ARTISTICA E CULTURAL LTDA	R\$ 3.727,49
BANCO ABC DO BRASIL S.A.	R\$ 147.834,05
BANCO PINE S.A.	R\$ 874.927,10
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	R\$ 3.994.306,63
BARBARA HELOISA DOMINGUES FERREIRA	R\$ 999,00
BARBARA KATIANE DE JESUS SOUZA	R\$ 319,80
BÁRBARA LOUREIRO KRONEMBERGER NOEL	R\$ 1.336,00
BARBARA MARIA DE OLIVEIRA	R\$ 601,60
BEATRIZ CASSEMIRO BISPO	R\$ 199,90
BEATRIZ DE ALMEIDA	R\$ 1.918,80
BEATRIZ GONÇALVES OLIVEIRA CRESPO	R\$ 559,60
BIANCA ALBERGARIA DOS SANTOS	R\$ 1.918,80
BIANCA SOUZA CASTRO	R\$ 299,70
BIO BELA DISTRIBUIDORA DE DESCARTAVEIS LTDA	R\$ 24.300,63
BPO TECNOLOGIA	R\$ 75.084,03
BRASILIA EXPRESSO MOTO BOY EIRELI	R\$ 570,00
BRAZILINO NUNES DE OLIVEIRA	R\$ 2.198,40
BRINGER DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGAS NACIONAIS E INTERNA	R\$ 1.075,37
BRUNA BASSO RODRIGUES	R\$ 1.078,80

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 72  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 72



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

BRUNA CAMILA GADELHA MENEZES	R\$ 839,40
BRUNA CAROLINE OLIVEIRA	R\$ 1.198,80
BRUNA DE CASTRO RICOY	R\$ 91,13
BRUNO CESAR BULNES 39522902896	R\$ 6.750,00
BRUNO PAULETTI	R\$ 250.000,00
CAD ENGENHARIA DE INCENDIO EIRELI	R\$ 1.201,28
CAIO GEORGE SANTOS	R\$ 200.000,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 171.548,52
CAMILA NETTO GOMES DRUMOND	R\$ 249,90
CAMILA CAROLINE LEAL OLIVEIRA	R\$ 1.725,60
CAMILLY DIAS DOS SANTOS	R\$ 199,80
CAPOLI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	R\$ 750.000,00
CARINE REJANE BERNARDES NISHIMAR	R\$ 319,84
CARLA MARTINS CAMARGO PENTEADO	R\$ 1.326,08
CARLA DE ABREU GOMES	R\$ 643,44
CARLA DE LIMA BATISTA	R\$ 507,84
CARLA SILVA DE SANT ANNA	R\$ 2.105,60
CARLOS ALEXANDRE BONFANTE	R\$ 1.956,36
CARLOS CESAR GIANEZI JUNIOR	R\$ 503,28
CARMEN DE LOURDES DE CARLOS NARTHOS	R\$ 1.989,12
CARMOSINA APARECIDA DA MOTA	R\$ 90,99
CAROLINA CAVALCANTI CAMPOS REZENDE	R\$ 1.089,00
CAROLINA DAMIAO DE ASSIS	R\$ 5.857,60
CAROLINA MARTINS DE SOUZA FRAGA	R\$ 1.093,50
CAROLINE ANGELICA VASCONCELOS FIGUEIREDO	R\$ 999,00
CAROLINE JULIANE VENÂNCIO MARTINS	R\$ 129,90
CAROLINE FERNANDES MELO	R\$ 389,70
CAROLINE GOMES	R\$ 266,63
CAROLINE PEREIRA MELO	R\$ 794,76
CELIA S ESPIR	R\$ 22.028,00
CHRISTIANE PREVIDENTE	R\$ 1.856,51
CHRISTINA RAFAELA MARQUES	R\$ 239,80
CINTIA JUSTI DIAS	R\$ 1.798,80
CIPO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	R\$ 219.650,15
CIZIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA	R\$ 129,90
CLARA SEPE COUTO	R\$ 389,70
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A	R\$ 500,84
CLAUDIA REGINA CORREA DOS SANTOS	R\$ 339,80
CLAUDIA RUIZ	R\$ 1.798,00
CLAUDIO ADRIANI CAETANO SOUZA	R\$ 22.965.298,70
CLAUDIO VIANA SILVA	R\$ 559,20
CLAYTON BRAVIN FERNANDES	R\$ 1.078,29

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 73  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 73



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

CLECIA HELENA AMORIM E AMORIM	R\$ 587,16
CLEIDE ADRIANA COSTA	R\$ 899,10
CLEONICE DAS GRAÇAS	R\$ 319,80
CLODOALDO P DOS SANTOS SEG ME	R\$ 1.700,00
CON.SC.IGUATEMI ESPLANADA	R\$ 323.615,07
CONDOMINIO BELO HORIZONTE	R\$ 192.002,71
CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING CENTER IGUATEMI BRASILIA	R\$ 211.372,48
CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAMPINAS	R\$ 1.032.776,11
CONDOMINIO DO CENTRO COMERCIAL GILBERTO SALOMAO	R\$ 8.400,00
CONDOMINIO DO COMPLEXO COM. TAGUATINGA SHOPPING	R\$ 33.326,67
CONDOMÍNIO DO SHOPPING CIDADE	R\$ 187.157,27
CONDOMINIO ORD NOVO SHOP RIBEIRÃO PRETO	R\$ 44.916,31
CONDOMINIO PRO INDIVISO DO SHOPPING DEL REY	R\$ 275.873,90
CONSORCIO EMPREENDEDOR CAMPINAS SHOPPING CENTER	R\$ 160.963,35
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CENTER SHOPPING UBERLÂNDIA	R\$ 44.536,00
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO SHOPPING PIRACICABA	R\$ 322.556,20
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO SHOPPING TIJUCA	R\$ 677.274,72
CONSÓRCIO SHOPPING CENTER IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO	R\$ 405.653,30
CONSORCIO SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO JOSE DO RIO PRETO	R\$ 582.032,90
CPFL COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	R\$ 7.276,33
CRISTIANE PIAZENTINE	R\$ 1.042,84
CURUPIRA S.A	R\$ 132.446,00
D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA-ME	R\$ 99,90
DAIANE TOMAZ	R\$ 407,68
DANDARA ALVES BEZERRA SAKURAI	R\$ 1.648,70
DANIELA CRISTINA PEREIRA RIBEIRO	R\$ 839,40
DANIELA DE OLIVEIRA	R\$ 5.028,24
DANIELA DEL POÇO ANGIOLUCCI LAZARINI	R\$ 1.799,00
DANIELA PAULA REINERT	R\$ 799,20
DANIELA SOARES TALLARICO	R\$ 441,80
DANIELA VASCONCELLOS DE OLIVEIRA	R\$ 1.558,80
DANIELE APARECIDA DA SILVA	R\$ 2.157,60
DANIELLE APARECIDA GUIMARAES VILELA	R\$ 189,90
DANIELLE MOREIRA SILVA	R\$ 704,79
DANIELLE ROCHA COSTA	R\$ 766,82
DARUSKA CAROLINA CANDURO DA SILVA	R\$ 3.858,20
DAYANE SILVA FERREIRA SANTOS	R\$ 1.283,06
DENISE SILVA FERNANDES	R\$ 1.000,68

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 74  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DHYELLEN LIMA DA SILVA	R\$ 432,99
DIONARIA ROCHA DE SOUSA E SILVA ABRAHÃO	R\$ 1.098,90
DOMERINA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS	R\$ 3.956,40
DOUGLAS AP. RAMOS DA SILVEIRA	R\$ 774,01
DUARTE, DIAS E ALLEDO TELECOMUNICACOES	R\$ 300,00
E. BRICKS VENTURES III, L.P.	R\$ 10.000.000,00
EDMILSA MARTINS	R\$ 371,76
EDU LABZZ DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA	R\$ 5.616,00
EDUARDO CASTELO BRANCO VALADARES	R\$ 995,44
ELAINE CRISTINA ARIEDE KAÇA DO CARMO	R\$ 839,40
ELAINE MESQUITA VRECK PULQUERI	R\$ 1.192,86
ELAINE SUZY DE MOURA SANTOS	R\$ 2.417,80
ELEANDRA DA SILVA PIRES	R\$ 1.018,80
ELIANE ANDRADE	R\$ 9.217,23
ELIANE PEREIRA DE SOUZA	R\$ 189,90
ELISA CRISTINA LOSS	R\$ 659,40
ELISABETE SOUZA E SILVA	R\$ 732,60
ELIZANGELA SILVA DE MORAES DE CARVALHO	R\$ 779,40
ELOA DE SOUZA KUABARA	R\$ 213,26
ELOISA MENDES	R\$ 2.613,60
ELOISE SANTANA GONÇALVES MACHADO	R\$ 379,62
ELVIRA MARIA GARCIA SOARES	R\$ 671,04
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (CONTRATO)	R\$ 3.772,65
EMPRESARIAL UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 11.977,26
ENVYRON CLOUD EXPERTS	R\$ 45.280,00
ERICA CRISTINA ANDERSON DEPOLLI	R\$ 399,80
ERIKA FLAVIA MIGUEL LOBO	R\$ 834,24
ERIKA VERISSIMO DE ANDRADE	R\$ 389,66
ERLANDA APARECIDA DE MELO SOARES	R\$ 1.073,14
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD	R\$ 1.964,30
ESTUDO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	R\$ 10.496,39
EVAIR FELIX DA SILVA	R\$ 150,10
EVANDRO DA SILVA COSTA 10447981730	R\$ 850,00
EVANICE APARECIDA DE FREITAS PEREIRA	R\$ 838,80
EVELYN DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 106,83
EVERSON TORRES LORENZINI	R\$ 509,60
EVERTON DE SORDI	R\$ 800,00
F & N ASSISTENCIA TECNICA ESPECIALIZADA LTDA	R\$ 5.470,00
FABIANE MOREIRA DOS SANTOS	R\$ 149,90

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 75  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 75



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

FABIO PINTO MARINHO 36618221870	R\$ 2.220,00
FABIOLA LEMOS	R\$ 3.796,24
FACEBOOK SERVIÇO ONLINE DO BRASIL LTDA.	R\$ 456.886,18
FADILLA PAULA CAMPOS GUEDES	R\$ 399,60
FELIPE DOS SANTOS SILVA	R\$ 277,96
FERNANDA COZZO	R\$ 959,20
FERNANDA DOS SANTOS MARTINS	R\$ 591,88
FERNANDA GOMES MATOS SILVA	R\$ 1.918,80
FERNANDA JULIANO MATEUS	R\$ 1.039,20
FERNANDA MARIA DA SILVA VIEIRA	R\$ 909,30
FERNANDA SANTANA SOUZA	R\$ 639,36
FERNANDA VASCONCELOS	R\$ 69,80
FERNANDO CÉSAR ANDRADE VIANA	R\$ 1.198,80
FILIPE JAEGER DE OLIVEIRA	R\$ 509,70
FLASH TECNOLOGIA E PAGAMENTOS LTDA	R\$ 10.200,00
FLÁVIA AUGUSTA BORGES	R\$ 305,49
FLAVIA ALVES MENEZES	R\$ 259,80
FLAVIA DE OLIVEIRA SOARES	R\$ 29,98
FLÁVIA RAMOS DE FREITAS	R\$ 838,80
FLAVIA RENATA EMÍDIO SOUZA	R\$ 253,72
FLAVIA RODRIGUES FERREIRA	R\$ 168,50
FRANCERLY SOUZA RUFINO	R\$ 129,90
FRANCINA DIAS	R\$ 549,50
FRANCINI LABBATE FANIZZI ALMEIDA	R\$ 719,40
GA BRASÍLIA PARQUE CIDADE LOCAÇÃO DE ESPAÇO LTDA	R\$ 2.000,52
GABRIEL APARECIDO GIORGETTI	R\$ 499,50
GABRIELLY LISBOA DE LIMA	R\$ 359,66
GERLANE DA SILVA LIRA	R\$ 154,90
GIANCARLO PAULETTI	R\$ 250.000,00
GIOVANNA RUIVO DA SILVA	R\$ 2.198,00
GIOVANNA DEL VECCHIO	R\$ 659,40
GIULIANO SERAFIM GUILHERME 22231918862	R\$ 300,00
GIULLIANA SANTA ROSA DE LAIA CAMPOS	R\$ 749,50
GLAUCE ELISA MONTEIRO FELICIANO CASAGRA	R\$ 2.835,38
GLEICIANE PEREIRA DE SOUZA	R\$ 900,00
GLEIDE ALVES SANTANA MEIRELES	R\$ 999,00
GLÓRIA ELAINE BRAGA	R\$ 2.153,28
GOIAS STORAGE	R\$ 1.591,88
GOOGLE INTERNET LTDA	R\$ 313.085,62
GRACIELA DA SILVA REIS	R\$ 1.648,90
GRAZIELE OLIVEIRA EUZÉBIO	R\$ 319,80
GUIDO GUSSONATO JUNIOR 02270470877	R\$ 13.793,40

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 76  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GUSTAVO JOSE BATISTETTI	R\$ 516,10
HANAYNA DE ALBUQUERQUE GOMES	R\$ 199,90
HANLIE ANASTASSIA RICHTER	R\$ 699,50
HÉBERSON LUCAS SOARES DE BARROS	R\$ 111,92
HELENA MARIA DE BARROS GARCIA	R\$ 989,40
HELENILCE SOUZA LOPES	R\$ 1.198,80
HELOISA RIZZIERI	R\$ 838,66
HELOÍSA CORRÊA DA SILVA GUARDIANO	R\$ 1.758,90
HELVIA MARIA DORTA DO AMARAL	R\$ 1.755,53
HEVELLA THAIS MORAES DE MELO	R\$ 539,60
HILTON RODRIGO IMBRIANI	R\$ 184,13
IAENE PEREIRA GONÇALVES PEIXOTO	R\$ 127,24
IGOR PONCE LOPES	R\$ 289,03
ILSON ALVES MOREIRA JUNIOR	R\$ 2.099,00
INDIGOSOFT TECNOLOGIA S.A.	R\$ 4.999,99
INFOJOBS BRASIL ATIVIDADES DE INTERNET LTDA	R\$ 1.888,74
INJEMED MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA	R\$ 775,00
INSIGNE BRASIL CONSULTORIA E ESTRATEGIA LTDA	R\$ 39.533,60
ISABEL CRISTINA BARBOSA GRANERO	R\$ 859,78
ISABELA CARVALHO COSTA	R\$ 1.119,20
ISABELA FRANÇA OLIVEIRA	R\$ 169,90
ISABELLA MARQUES GUERREIRO	R\$ 1.374,40
ISABELLE MENDES PRADO	R\$ 319,80
ISADORA CAROLINE ROCHA DUTRA	R\$ 1.199,04
ISAENE BARROSO USHIZAKA	R\$ 366,59
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 3.154.446,91
ITM CONSULTORIA DE CREDITO E COBRANÇA LTDA	R\$ 19.258,15
IVA SILVA SOUZA	R\$ 299,80
IZABELA BAGGIO PARISOTO	R\$ 1.999,00
IZABELA RIBEIRO PARREIRA	R\$ 1.098,90
JACKCIEL SOUZA SILVA	R\$ 1.100,30
JAIRINE BARBOSA SOUTO	R\$ 2.398,80
JAMILA ALASSIRI	R\$ 798,64
JANAÍNA DE CÁSSIA SOARES RAMOS MELO	R\$ 159,90
JANAÍNA DE FÁTIMA VICENTE	R\$ 1.119,80
JANAINA DIAS	R\$ 399,60
JANINE PASSOS LIMA	R\$ 958,32
JARDIM GOIAS EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 374.165,74
JEANNY LANDE FRANCO	R\$ 244,52
JEFFERSON FERREIRA DE ANDRADE	R\$ 199,80
JEISIANE VIANA	R\$ 54,69
JESSICA BARROS DE ALBUQUERQUE	R\$ 222,36

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 77  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 77



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

JESSICA DE FÁTIMA WOLFF MENDES	R\$ 311,12
JESSICA CONEGUNDES PEREIRA	R\$ 80,29
JESSICA DA SILVA DARES SANTOS	R\$ 319,80
JÉSSICA RODRIGUES FREITAS	R\$ 485,76
JESSICA T SANTOS	R\$ 630,62
JESUINA TEIXEIRA DA SILVA	R\$ 339,60
JHARAELYS AVITH FUENTES PERALTA	R\$ 1.198,80
JOANNA MONIZE BISPO DO NASCIMENTO AMARA	R\$ 1.198,80
JOAO TEODORO	R\$ 1.197,96
JOÃO VITOR SILVA FELICIO	R\$ 359,80
JOSÉ ANTÔNIO BORGES SILVA	R\$ 559,60
JOSÉ PAULETTI	R\$ 250.000,00
JOSIANE DE CASSIA MAGALHÃES	R\$ 339,80
JOSINEIDE DE OLIVEIRA	R\$ 719,40
JOZELITA MARTINS EVANGELISTA	R\$ 909,30
JULIA DA SILVA MAIA	R\$ 1.278,73
JULIA REZENDE	R\$ 317,83
JULIA CARVALHO	R\$ 189,90
JULIA CASTILHO	R\$ 399,60
JULIA GRACIELLE LIMIRIO DA SILVA	R\$ 779,40
JÚLIA RIBEIRO LEÃO LARA	R\$ 623,52
JULIANA ANTUNES AMARANTE	R\$ 469,60
JULIANA APARECIDA SANTOS	R\$ 1.078,90
JULIANA DOS SANTOS SA	R\$ 139,90
JULIANA ROCHA SCARPELLI	R\$ 95,94
JULIANE BASSO BISINOTTO MOREIRA	R\$ 399,60
JULIO CESAR JURADO	R\$ 1.858,80
JUNIA FONSECA PEREIRA	R\$ 838,80
JUSSARA PEREIRA JAEGER DE OLIVEIRA	R\$ 697,05
KACIANE KRAUSS BRUNO OLIVEIRA LOURENÇO	R\$ 1.402,80
KAÍSSA DA CUNHA LIMA	R\$ 311,76
KALIANDRA POLEZE DA SILVA	R\$ 2.299,00
KAMILA BULZING DE SOUZA	R\$ 65,98
KAMILLA SILVA MARQUES	R\$ 1.299,00
KARINA DE OLIVEIRA MARTINS	R\$ 276,89
KARISTENN CASIMIRO DE OLIVEIRA BRANDT	R\$ 439,60
KARLA CAMPOS	R\$ 220,90
KARLA GRACIELLE FARIA DA SILVA	R\$ 2.545,06
KAROLINE GARCIA SANTANA	R\$ 959,20
KARYMANN CRISTINE MARQUES RODRIGUES	R\$ 2.350,80
KASZNAR LEONARDOS VIANNA AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA	R\$ 436,60

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 78  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 78



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

KATHARINA PINTO GUIMARÃES	R\$ 2.248,00
KATIA REJANE TRINDADE FARIAS	R\$ 4.288,90
KELLY APARECIDA RODRIGUES DE JESUS	R\$ 247,84
KELY ALLONSO DE MENEZES	R\$ 387,25
KELY CRISTINA SANTOS REIS	R\$ 706,50
KÊNIA MACÊDO ELPIDIO	R\$ 318,11
KENYA VIDAL	R\$ 2.278,80
KLEUZA MELO PEREIRA	R\$ 1.198,80
LAÍS MARTINS DOS SANTOS	R\$ 389,70
LAISSA LUCAS MARINHO	R\$ 1.199,20
LALAMOVE TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.	R\$ 3.434,87
LARA ODAIA CARNEIRO MEDEIROS	R\$ 2.415,72
LARISSA COELHO ASSUNÇÃO CARNEIRO	R\$ 599,70
LARISSA CRISTINA FIGUEIREDO RODRIGUES	R\$ 129,92
LARISSA RIBEIRO LEÃO LARA	R\$ 415,68
LAURA DUARTE VIEIRA	R\$ 659,40
LAURA LUIZA LIMA E SILVA	R\$ 479,60
LAURA SCHULZE	R\$ 220,90
LAVANDERIA MARAN EIRELI	R\$ 240,00
LEANDRO CAMPOS FREIRE 31178401847	R\$ 2.880,00
LEANDRO LOPES DE ASSIS	R\$ 959,20
LEONARDO PAULETTI	R\$ 250.000,00
LETICIA CRISPIM FERREIRA	R\$ 1.398,60
LETYCIA SAMARA OLIVEIRA FELIX	R\$ 389,70
LIDIANE MELODE ARAUJO CARDOSO	R\$ 623,52
LIGIA FERREIRA DA SILVA SOUZA	R\$ 211,12
LÍGIA PAOLA PEREIRA SANTANA E SOUSA	R\$ 909,30
LILIANE DE FREITAS FERRAZ DIZ RAMOS	R\$ 191,84
LILIANE SILVA DA COSTA	R\$ 1.199,92
LILLY MED LTDA	R\$ 4.210.377,10
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA (MATRIZ)	R\$ 12.790,42
LIVIA MARIA MACIEL	R\$ 999,00
LÍVIA TEREZA DE ARAÚJO BARROS LÔBO	R\$ 1.198,80
LOC X GESTAO IMOBILIARIA LTDA - ME	R\$ 3.931,02
LORENA SANTANA	R\$ 350,08
LORENNA GUEDES DE AMORIM	R\$ 26,51
LORRANNY DE SINTRA BATISTA	R\$ 767,36
LUCAS BARBARELLI BARRI	R\$ 447,36
LUCAS DE SOUSA BATISTA	R\$ 5.810,94
LUCAS LOPES SILVA DIAS	R\$ 85,46
LUCAS SILVEIRA DA COSTA	R\$ 99,90
LUCIANA BELTRÃO RODRIGUES	R\$ 199,80

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 79  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 79



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

LUCIANE DINIS	R\$ 1.918,80
LUCIANE VAZ DE CICCIO	R\$ 1.591,30
LUCIENE LAGE GUIMARAES SOUZA	R\$ 866,68
LUCIMEIRY TOMÁS DA SILVA ARAÚJO	R\$ 1.199,00
LUCINEIA NERES OLIVEIRA	R\$ 2.867,20
LUDIMILLA MENDONÇA FERNANDES	R\$ 545,58
LUDIMYLA RODRIGUES QUEIROZ	R\$ 989,10
LUIS GUSTAVO VIEIRA DE ALMEIDA	R\$ 809,10
LUIZ FELIPE ARAUJO NEVES 04356485602	R\$ 534,00
LUIZ FELIPE JAMBERA	R\$ 799,50
MAÍRA SOUZA ARAÚJO	R\$ 1.098,90
MAISA ALMEIDA SOUZA COSTA	R\$ 499,50
MAISA APARECIDA FERREIRA DA PAIXÃO	R\$ 1.198,80
MANOELLA CURI DE ALMEIDA 35804080890	R\$ 6.300,00
MARA NÚBIA DA COSTA SANTOS	R\$ 994,05
MARCIA ALBERNAZ	R\$ 699,00
MARCIA CRISTINA DE CARVALHO SANTANA PED	R\$ 1.319,18
MÁRCIA KNEIPP MOLINA	R\$ 537,60
MARCIA MARIA VITORELLI	R\$ 1.906,20
MARCIA P SILVA	R\$ 296,03
MARCOS DE ANDRADE RIBEIRO	R\$ 129,90
MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA	R\$ 351,33
MARGARIDA DE JESUS GUIMARAES	R\$ 539,70
MARGARIDA DORNELLES CLARET DA SILVA	R\$ 839,85
MARI CENEDEZI	R\$ 127,02
MARIA DOS REIS FELIX DA SILVA	R\$ 1.649,00
MARIA LUÍZA BITTAR KHOURI	R\$ 1.748,60
MARIA APARECIDA MELO	R\$ 1.178,74
MARIA APARECIDA MOREIRA CARRIJO	R\$ 1.765,76
MARIA CLARA LIMA DE OLIVEIRA	R\$ 649,50
MARIA DAS GRAÇAS SILVA	R\$ 318,11
MARIA EDUARDA BATISTA DE SOUZA	R\$ 299,80
MARIA ELISA RUIZ DE MELO CARVALHO	R\$ 1.657,60
MARIA ESTHER MOREIRA	R\$ 9.091,80
MARIA FATIMA DE SOUSA ALMEIDA	R\$ 469,60
MARIA GORETTE FRANCISCO DOS SANTOS	R\$ 399,60
MARIA LUCIA MACHADO FAUSTINO	R\$ 129,90
MARIA LUIZA MATTOS	R\$ 1.407,12
MARIA RENY BRAUER GONÇALVES	R\$ 1.169,10
MARIA TEREZINHA FRANCO	R\$ 2.691,96
MARIA VILMA SORBILLI	R\$ 3.072,05
MARIANA BIVAR TEIXEIRA	R\$ 1.318,80

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 80  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARIANA CARVALHO TEIXEIRA	R\$ 839,40
MARIANA DE MORAES ROMANELI	R\$ 519,60
MARIANA PRISON	R\$ 2.004,00
MARIANA ROCHA PAMPLONA	R\$ 779,40
MARIANE FARIAS PEREIRA	R\$ 1.713,60
MARIANNA DE JULIO BRAGA DO CARMO BIANCHI	R\$ 599,40
MARILIA CANDIDA PROCOPIO CHAVES	R\$ 99,90
MARINA DE CÁSSIA FONTEBASSO AUGUSTO	R\$ 1.318,90
MARINA PACHECO PRATES PISOLER	R\$ 5.962,60
MARISTELA GAMERO MARQUES	R\$ 1.538,60
MARLENE GONÇALVES SOUZA	R\$ 1.798,80
MARTA ROSANA BEZERRA NUNES	R\$ 754,92
MASTER HIGIMED COMERCIAL DE PRODUTOS DE HIGIENIZACAO E HOSPITALARES LTDA (GERAL)	R\$ 3.988,55
MATHEUS FARIAS BARTILOTTI	R\$ 958,64
MATHEUS RUAS MENDONÇA	R\$ 1.221,58
MAURICIO PESSOA PECCIN	R\$ 1.428,90
MAYRA BERTIE	R\$ 718,84
MAYRA SANTOS SAMPAIO	R\$ 1.438,80
MEDICARE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PERFUMARIA LTDA	R\$ 3.060,00
MEDSYSTEMS COM. IMP. EXP. LTDA	R\$ 20.785.739,68
MERZ FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA.	R\$ 566.346,26
MICHELE PETEAN MICHELUTTI	R\$ 699,00
MICHELLE CARDOSO COSTA	R\$ 149,90
MIRIAM MENDES PEREIRA DOURADO	R\$ 646,89
MISHELLY MARTINS DA SILVA	R\$ 449,70
MOISES SEBASTIAO TEODORO DE SOUZA	R\$ 659,40
MONALISA FELIX SANTIAGO	R\$ 666,67
MONICA SCARPAT ZANDONADI	R\$ 1.989,12
MPAR	R\$ 2.000.000,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	R\$ 4.538.430,43
MUNDIVOX CLOUD LTDA	R\$ 916,12
M2M CONTABILIDADE LTDA	R\$ 3.000,00
NADJA FERNANDES RAFUL	R\$ 754,92
NAIANE DIAS DE CARVALHO	R\$ 149,90
NARAYANE CAROLINE SILVA	R\$ 209,80
NATALLY DUARTE FIRMO RIBEIRO	R\$ 1.078,90
NATANE FRANCIELLY LISBOA	R\$ 1.098,13
NATHALIA MOREIRA MACHADO HASE TAVARES	R\$ 1.888,06
NATHALIA CRISTINA ALVES VIEIRA	R\$ 1.074,74
NATHÁLIA LUÍZA SAÚDE GAMBERINI	R\$ 137,36

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 81  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 81





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

NAYARA ABREU SOUTO DA COSTA	R\$ 299,70
NAYARA CRISTINA CARNEIRO DE ARAÚJO	R\$ 319,80
NEIZA MARTA SANTOS VIGO GOMIDE	R\$ 1.034,88
NEOVERO SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$ 807,65
NICOLE CHUEKE YADID	R\$ 2.293,76
NOBRE ADM E CORRETAGEM DE IMOVEIS S/C LTDA.	R\$ 93.514,68
NOVO CENTRO COMERCIAL R.P.LTDA.	R\$ 90.583,31
NUNO DA CUNHA MELO CANGUSSU	R\$ 1.110,00
OFFICE TOTAL S.A	R\$ 21.471,05
ORACLE AMERICA INC.	R\$ 121.437,07
PALOMA ALVES FERRREIRA	R\$ 416,94
PAMELLA TEREZINHA SOUZA DE OLIVEIRA	R\$ 799,20
PAMELLA ELOAH DE OLIVEIRA	R\$ 113,94
PAPILAS PIDONAS INDUSTRIAL E COMERCIO DE BISCOITOS FINOS LTDA	R\$ 400,00
PATIO UBERLÂNDIA SHOPPING	R\$ 203.724,69
PATRICIA BARBOSA	R\$ 1.298,70
PATRICIA DAS DORES CHAGAS SILVA	R\$ 979,30
PATRÍCIA CARLOS FERNANDES DORNELE	R\$ 1.198,80
PATRICIA OLIVEIRA FURBINO	R\$ 447,72
PATRICIA PAZ ESTEVES DE VICO	R\$ 1.999,00
PATRÍCIA POYARES FRANÇA	R\$ 1.498,80
PAULA NERY MARQUES VIEIRA	R\$ 649,50
PAULA CAVALCANTI REZENDE	R\$ 671,04
PAULA FIGUEIRA MOREIRA	R\$ 6.266,72
PEDRO FIOR BARBOSA	R\$ 465,36
PEDRO MAGALHÃES MATOS MARTINS	R\$ 959,20
PEDRO PAULO TRINDADE FARIAS	R\$ 761,74
PHERCON IMÓVEIS LIMITADA	R\$ 8.937,95
PIPEFY INC.	R\$ 8.223,13
POLIANI FLÁVIA GOULART DE OLIVEIRA	R\$ 319,80
PRISCILA SILVA DE MACEDO	R\$ 287,82
PRISCILLA FELICIANO LOPES	R\$ 1.998,40
PRISCILLA SILVA VELOSO	R\$ 513,60
R & L CONNECT TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 199,90
RACHEL ADJUTO BONTEMPO BRANDÃO	R\$ 799,20
RAFAELLA CORTI	R\$ 1.998,96
RAQUEL FONSECA BARBOSA DE AMORIM	R\$ 779,40
RAQUEL OLIVEIRA DE LIMA REIS	R\$ 499,75
RAQUEL PEDRASSI DE SOUZA	R\$ 1.039,20
RAYLAN LIMA GUIMARÃES	R\$ 870,72

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 82  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)





**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

REGIANE DA SILVA PEREIRA	R\$ 1.656,17
RENATA BITTAR	R\$ 5.266,20
RENATA NUNES BICALHO	R\$ 79,80
RIO DESIGN BARRA SHOPPING CENTER LTDA	R\$ 353.068,91
RIO DESIGN LEBLON SHOPPING CENTER LTDA	R\$ 550.819,60
RIVANICE DE LOURDES FREIRE SILVA	R\$ 539,40
ROBERTA VILA VERDE DUARTE GARROTE	R\$ 899,10
ROBERTO MAGALHÃES BRUGGER	R\$ 1.199,20
ROBSON ANTUNES MARTINS	R\$ 353,44
RODOLFO FEITAL	R\$ 1.198,80
RODRIGO BETTI GUIMARAES	R\$ 3.118,80
ROGÉRIA DE FATIMA	R\$ 978,43
ROSA OLIVIA DE SOUZA CRUZ	R\$ 979,30
ROSANA DE OLIVEIRA MOURA	R\$ 679,60
ROSANGELA APARECIDA ANDRADE NORBERTO	R\$ 1.798,80
ROSANGELA DE FATIMA JERSON CALADO	R\$ 699,30
ROSIMEIRE MAGALHÃES	R\$ 1.438,40
SABRINA ALVES DE OLIVEIRA	R\$ 996,30
SABRINA APARECIDA PACHECO DOMINGOS	R\$ 239,84
SABRINA JOSEFA MOURA	R\$ 2.084,33
SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA B CORSO	R\$ 1.078,80
SANDRA LICCIOTI MICHELANGELO	R\$ 899,04
SANDRO APARECIDO DOS SANTOS	R\$ 4.528,60
SARAH FRANCO NOGUEIRA MESQUITA	R\$ 559,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	R\$ 3.288,36
SELMA GROSMAN	R\$ 2.616,80
SELMA ROCHA DA SILVA	R\$ 190,24
SH RESENDE	R\$ 6.800,00
SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL LTDA	R\$ 59.366,84
SILEIDE APARECIDA LOPES FERREIRA	R\$ 2.320,64
SILVANA GOMES	R\$ 1.999,90
SILVIA LETÍCIA SOARES MENDES	R\$ 108,91
SILVIA CRISTINA MARIANO FIDENCIO	R\$ 2.400,00
SILVIA HELENA ZANANDREA	R\$ 575,52
SILVIA IARA MENDES DE AZEVEDO VE	R\$ 799,20
SIMONE FRANCO LOBATO	R\$ 2.692,00
SIMONE PEREZ	R\$ 191,52
SINCH BRASIL S.A.	R\$ 40.996,65
SKYMAIL SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO E PROVIMENTOS DE INFORMAÇÃO DIG	R\$ 1.358,00
SMART LINK CONSULTORIA E SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA.	R\$ 2.587,71

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 83  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756

Num. 147370419 - Pág. 83



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

SOLANGE DE SOUSA OLIVEIRA	R\$ 254,33
SPARK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS	R\$ 13.544,23
STÉFANNY CRISTINE BERNARDES DE OLIVEIRA	R\$ 909,30
STELA DE FRANCO SANTOS	R\$ 1.025,60
STEPHANIE DIAS GONÇALVES	R\$ 839,30
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	R\$ 55.199,04
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO	R\$ 48.198,51
SUPRICORP SUPRIMENTOS LTDA	R\$ 2.170,05
SUZY DE CASTRO	R\$ 1.119,20
TANIA MAMEDES DE OLIVEIRA	R\$ 399,60
TANIA MARIA	R\$ 279,80
TATIANE BRESOLIN	R\$ 2.399,00
TATYANNA BARROSO DE OLIVEIRA BANDEIRA	R\$ 814,78
TATYANNE DE MELLO FARIA WERNECK GOMES	R\$ 1.099,08
TELEFONICA BRASIL S.A	R\$ 2.132,75
TERESA MARIA DE SARAIVA RODRIGUES	R\$ 7.118,88
THAIS TAMARA DE SOUZA SANTOS	R\$ 219,80
THARIK HENRIQUE GANDRA 12881032630	R\$ 900,00
THASSIA GOI	R\$ 263,96
THAYNÁ ANTONIA OLIVEIRA ALVES	R\$ 974,25
THAYS FERNANDA DIAS	R\$ 209,04
THAYSA RODRIGUES DOS SANTOS	R\$ 149,90
TIAGO LUZ LOURENÇO	R\$ 652,12
TOKIO MARINE SEGURADORA SA	R\$ 79,20
TRULYMINAS CONTROLADORA AMBIENTAL LTDA	R\$ 1.400,00
VALÉRIA DE OLINDA NUNES	R\$ 122,67
VANESSA BOTINHA	R\$ 2.278,80
VANESSA THOMAZ ROBERTI	R\$ 441,66
VANILDE ALVES BARBOSA	R\$ 879,12
VERÔNICA MARIA ESTELLITA LINS MACIEL	R\$ 279,84
VERONICA TALIANI	R\$ 833,90
VICTALAB FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA	R\$ 689,24
VICTOR HUGO CARLOS DE OLIVEIRA BERTOLDO	R\$ 319,80
VINICIUS GOMES COSSO	R\$ 1.055,36
VINÍCIUS PRIMO BRUNELI	R\$ 227,22
VIRGINIA HOFMAN JARDIM	R\$ 1.198,80
VITOR MARCIO SILVEIRA GUIEIRO	R\$ 1.483,49
VITOR SERRANO VILALBA	R\$ 464,70
VITORIA ALVES LEITZKE	R\$ 389,70
VIVIAN CAMPOS DAMASCENO	R\$ 1.519,20
W & R SELECAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS LTDA	R\$ 4.230,65

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 84  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756



**MATUCH DE  
CARVALHO**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

W DENTAL PLANOS ODONTOLOGICOS	R\$ 2.806,44
WADILA DE SOUSA VIANA	R\$ 273,36
WALTER APARECIDO FROTA JÚNIOR	R\$ 1.414,74
WANESSA LIZ GOMES CAMPOS	R\$ 209,80
WANESSA OLIVEIRA PEREIRA	R\$ 399,60
WBS ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA	R\$ 2.280,00
WE WORK SERVICOS DE ESCRITORIOS LTDA	R\$ 4.300,00
WELLINGTON YANNY GOMES DA SILVA	R\$ 682,30
WESLEI DE JESUS	R\$ 1.093,50
WIRELESS COMM SERVICES LTDA	R\$ 4.865,09
WYLLA ORVALHO	R\$ 389,17
YASMIN FERREIRA DE MORAES	R\$ 699,50
YASMIN BITTAR BORGES	R\$ 536,83
YURI RODOLFO DOS SANTOS AMBILIS	R\$ 539,25
ZENILDA NUNES DA MATA	R\$ 4.616,95
<b>TOTAL CLASSE IV (ME E APP)</b>	<b>R\$ 232.848,37</b>
<b>CREDOR</b>	<b>VALOR</b>
A.S.P FERREIRA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 28.800,00
CAIO GEORGE SANTOS ASSESSORIA LTDA	R\$ 59.586,58
CAIO VINÍCIUS DE OLIVEIRA IMBROISI	R\$ 2.000,00
GELSON CARLOS CORREA JUNIOR 16139167795	R\$ 4.000,00
JHONATAN CASTRO MARTINS	R\$ 2.000,00
MATHEUS CORREIA DA SILVA GOMES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 7.475,00
NITIFY TECH LTDA	R\$ 4.000,00
P SARDINHA MARINHO AZEVEDO DE SOUZA ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	R\$ 27.153,43
PEDRO HENRIQUE FERREIRA MACHADO CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 6.536,20
PITANGA TECNOLOGIA ME	R\$ 45.397,16
RODRIGO JUNIOR DA SILVA NETO 17784053711	R\$ 4.000,00
TREZE ENGENHARIA LTDA	R\$ 17.000,00
VM - CONSULTORIA E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA	R\$ 2.500,00
OCULLARE CLINICA OFTALMOLOGICA S/S	R\$ 22.400,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.  
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 85  
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

[www.mcaa.adv.br](http://www.mcaa.adv.br)



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 01/10/2024 22:16:05  
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24100122160499100000140042756>  
Número do documento: 24100122160499100000140042756